

ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A

Demonstrações Financeiras

individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório da Administração.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	18
Balanco patrimonial	22
Demonstrações do resultado	24
Demonstrações do resultado abrangente	25
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	26
Demonstrações dos fluxos de caixa	27
Demonstrações do valor adicionado	28
Notas explicativas às Demonstrações financeiras individuais e consolidadas:	
1. Contexto operacional	29
2. Base de preparação	29
3. Consolidação	30
4. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações.....	30
5. Estimativas e julgamentos críticos	31
6. Conversão de moeda estrangeira.....	33
7. Resumo das políticas contábeis materiais.....	33
8. Gestão de riscos financeiros e instrumentos financeiros	41
9. Caixa e equivalentes de caixa	48
10. Contas a receber de clientes	49
11. Partes relacionadas.....	50
12. Adiantamento a fornecedores.....	52
13. Estoques.....	52
14. Tributos a recuperar	53
15. Ativos biológicos.....	54
16. Investimentos	55
17. Imobilizado	56
18. Intangível	57
19. Direitos de uso e arrendamentos a pagar.....	58
20. Fornecedores	60
21. Empréstimos e financiamentos	60
22. Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido	62
23. Provisão para riscos processuais.....	64
24. Patrimônio líquido.....	65
25. Receita líquida.....	66
26. Segmentos operacionais	67
27. Custos e despesas por categoria e natureza	67
28. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	68
29. Resultado financeiro líquido.....	68
30. Contratos <i>take-or-pay</i>	69
31. Transações não caixa	70
32. Seguros	70
33. Contrato de compra e venda de ações.....	71

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da (“Eldorado” ou “companhia”) referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Este relatório e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as normas International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil (BR GAAP), e é acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes.

Mensagem da Administração

A Eldorado manteve uma sólida posição competitiva, sustentada pela qualidade de seus produtos, pelo compromisso com práticas sustentáveis e pela busca contínua por eficiência nas operações. Os resultados refletem a grande capacidade de adaptação da empresa às condições de mercado, num cenário econômico global bastante incerto e volátil.

Em 2024, a companhia comercializou 1,758 milhão de toneladas de celulose, alinhado com a produção anual, 19% acima da capacidade nominal instalada. A Eldorado sustentou a sua exposição ao mercado de papéis sanitários que continua a ser um dos mercados de maior perspectiva de crescimento. Esse segmento teve participação de 64% nas vendas do período.

Na frente industrial, a Eldorado Brasil alcançou um novo recorde histórico de produção, totalizando 1,786 milhão de toneladas de celulose em ano com parada geral de manutenção. Além disso, manteve o custo caixa de produção estável em relação ao ano anterior, compensando as pressões inflacionárias.

Os investimentos totalizaram R\$ 1.073 milhões, cobrindo além da manutenção das atividades florestal, industrial e logística, também inovação e tecnologia incluindo a inauguração do ELDTECH – Centro de Tecnologia Florestal, que coloca a companhia na liderança da inovação florestal.

Finalizamos o ano com aproximadamente 458 mil hectares de área total, incluindo áreas produtivas e destinadas à conservação ambiental, reforçando nosso comprometimento com o crescimento e expansão da base florestal. E mesmo diante de condições climáticas adversas, como déficit hídrico severo e precipitações 8% abaixo da média histórica na região de atuação, a produtividade das florestas plantadas manteve-se em níveis próximos aos registrados no ano anterior. Tecnologias inovadoras e inteligência artificial permitiram um monitoramento mais preciso, ajudando a combater com agilidade 190 focos de incêndio garantindo a proteção dos ativos florestais e do meio ambiente.

Frente a desafios logísticos, como congestionamentos nos portos brasileiros e conflitos globais, a empresa ajustou sua estratégia, transferindo embarques de container para breakbulk, mantendo a flexibilidade e integridade de toda cadeia de suprimentos. Além disso, no primeiro ano de operação, nosso terminal no Porto de Santos trouxe ganhos em agilidade, autonomia e produtividade.

O forte desempenho da companhia e o fluxo de caixa livre sólido contribuiu para em 2025 renovar nosso compromisso com os investimentos sempre com o objetivo de aumentar a competitividade operacional e qualidade das entregas para nossos clientes.

Administração
Eldorado Brasil Celulose

Panorama do setor

Em 2024, a dinâmica de mercado variou de acordo com a região geográfica. Na Ásia, o potencial de crescimento permaneceu elevado, impulsionado principalmente por novas capacidades produtivas instaladas na região, aumento populacional e crescimento econômico. No entanto, a alta nos estoques em 2023 gerou uma pequena redução na demanda por celulose de mercado.

Já o mercado europeu apresentou um aumento na demanda de celulose no primeiro semestre de 2024, comparativamente ao segundo semestre de 2023, devido a interrupções logísticas, greves e níveis de disponibilidade de fibra na região relativamente baixos após o redirecionamento de embarques da Europa para a Ásia no final de 2023. No segundo semestre, devido à falta de catalizadores na economia, a demanda esteve mais comedida.

Na América do Norte, a demanda por papéis sanitários (o tipo que mais consome fibra curta na região) permaneceu positiva. O crescimento populacional e de consumo, alinhado com a gradual diminuição de oferta de fibra curta local e a substituição de fibras recicladas por fibras virgens, manteve este mercado resiliente.

Segundo a consultoria Hawkins Wright, a demanda global de celulose de mercado diminuiu 1,3% em 2024, principalmente em fibra longa, um ajuste após o crescimento recorde de 3 milhões de toneladas em 2023.

O mercado de papel teve comportamentos diferentes a depender de seu uso final. O mercado de imprimir e escrever permaneceu praticamente estável, com estimativa de crescimento de 0,8%, impulsionado pela expansão da demanda na China devido às novas capacidades, e por um movimento positivo de reestocagem após forte redução de níveis de estoque nos mercados maduros em 2023.

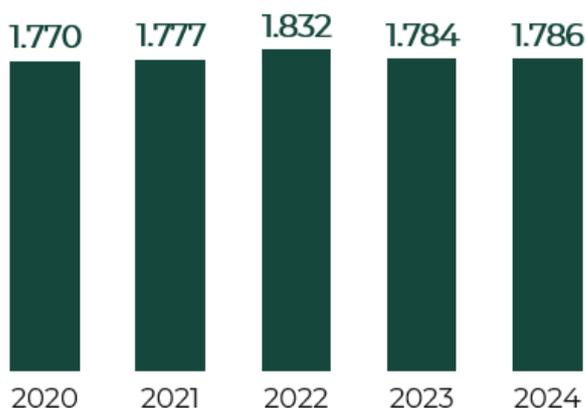
Já a estimativa de demanda por papéis sanitários teve crescimento global de 2,5% em 2024, de acordo com a consultoria PPPC, seguindo a tendência positiva de crescimento esperada. Diferentemente de anos anteriores, boa parte do crescimento aconteceu também em mercados maduros, beneficiados pela melhora no emprego e no poder de compra.

Para o ano de 2025, espera-se um mercado de Papel e Celulose com fundamentos sólidos e equilibrados, em linha com o ano de 2024, onde os choques de oferta ajudaram a regular a equação de oferta e demanda. Logicamente com dinâmicas diversas entre as regiões, porém com a demanda variando de estável a crescente, com destaque para fechamentos de capacidade, por ora temporários, no mercado de papel na China, permitindo início de recuperação de margens por parte dos papeleiros e a recuperação dos preços de celulose. A substituição entre fibras continuará como tendência, assim como a substituição do uso do plástico "Single Use" por celulose. Sempre com atenção aos fatores climáticos e também logísticos inesperados que ano após ano vem intensificando os choques de oferta, espera-se um comportamento e relação entre os mercados em uma magnitude parecida com o ocorrido em 2024. Em relação ao longo prazo, o setor permanece com tendência positiva e de crescimento.

Informações relevantes do exercício de 2024

Desempenho operacional

Volume de produção (mil toneladas)



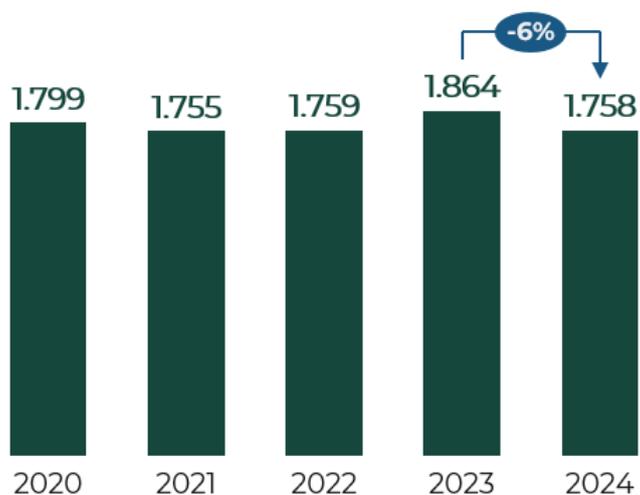
A Eldorado atingiu mais um importante marco em 2024, alcançando um recorde de produção em ano com parada de manutenção programada. A produção anual foi de 1,786 milhão de toneladas de celulose em 2024, 19% acima da capacidade nominal do projeto.

A cada ano, a Eldorado aprimora sua produção e, com isso, consome volume menor de água, de energia elétrica e de produtos químicos, gerando, assim, menos efluentes. Um exemplo disso é a redução do consumo específico de água, que chegou a 25,5 m³/t ante 34 m³/t do projeto, e o valor alcançado de consumo de químicos, que chegou a 29,7 kg/t.

A fábrica é autossuficiente em energia elétrica, pois produz energia verde a partir de biomassa oriunda de materiais não aproveitados na produção de celulose, como lignina e resíduos da madeira.

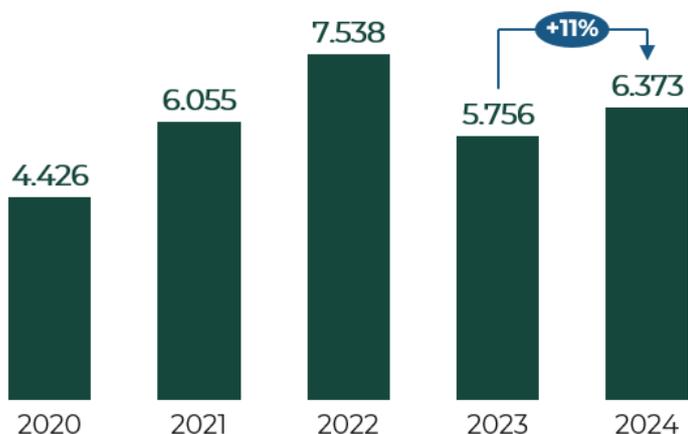
Em 2024, foram gerados 1,5 milhão MWh de energia, dos quais 774 mil MWh foram consumidos pela própria planta, 450 mil MWh foram vendidos para companhias de insumos químicos localizados dentro do complexo industrial da Eldorado e 340 mil MWh destinados ao sistema elétrico nacional.

Volume de vendas (mil toneladas)



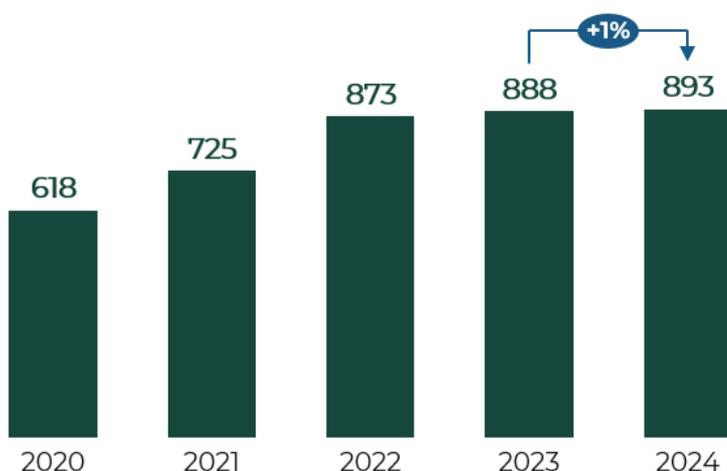
O volume de vendas recuou 6% ante o ano anterior. O desempenho recorde em 2023 reduziu significativamente os estoques da companhia. Em 2024, as vendas foram mais próximas da produção, sem o impulso de estoques adicionais.

Receita líquida (R\$ milhões)



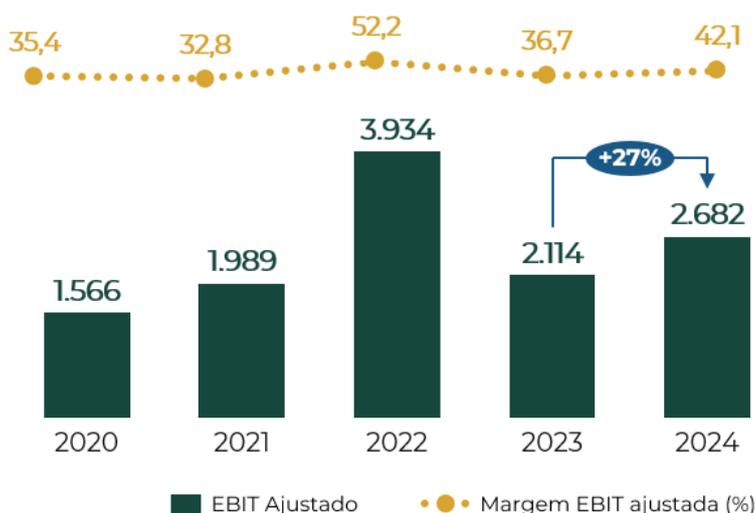
A companhia registrou receita líquida de R\$ 6.373 milhões, crescimento de 11% em relação ao ano anterior, impulsionada pelos preços de venda mais elevados e valorização do dólar no período. O preço líquido médio da celulose vendida pela Eldorado em 2024 foi de US\$/t 654, um aumento de US\$/t 53 ou 9% em relação a 2023, alinhado ao cenário de preços internacionais da celulose.

Custo caixa de produção (R\$/ton)



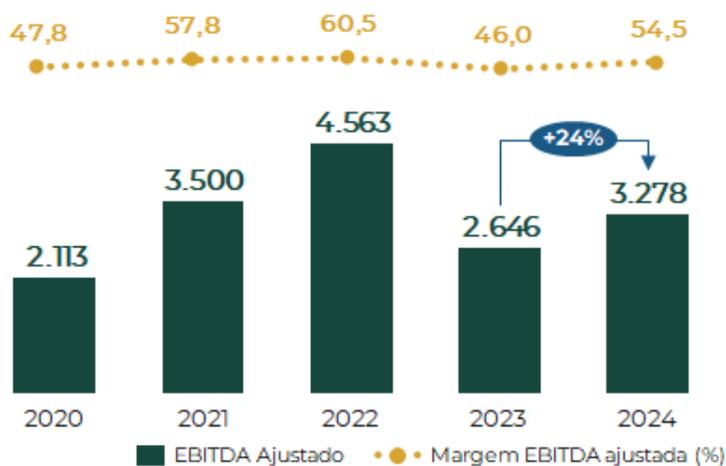
O custo caixa de produção de 2024 foi de R\$/t 893 (US\$/t 166), estável em relação ao ano anterior devido menor custo dos insumos, compensando efeitos inflacionários e o maior custo de madeira.

EBIT ajustado (R\$ milhões) e margem EBIT ajustada (%)



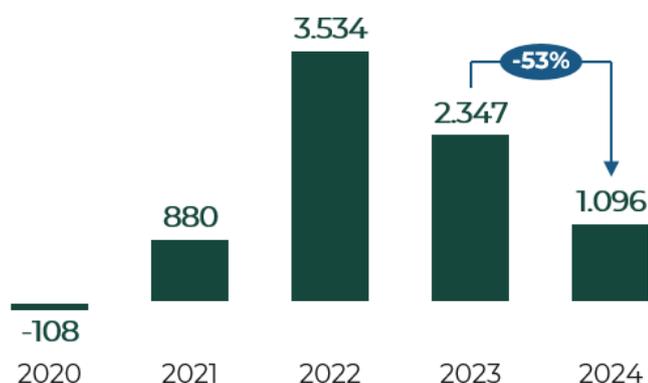
O EBIT ajustado da companhia alcançou R\$ 2.682 milhões em 2024, crescimento de 27% em relação ao ano anterior. O resultado foi favorecido pelo aumento de 9% nos preços médios de venda da celulose em relação a 2023 e pela desvalorização do real frente ao dólar, o que compensou o aumento de custos. A margem EBIT ajustada atingiu 42,1%, aumento de 5,4 pontos percentuais.

EBITDA ajustado (R\$ milhões) e margem EBITDA ajustada (%)



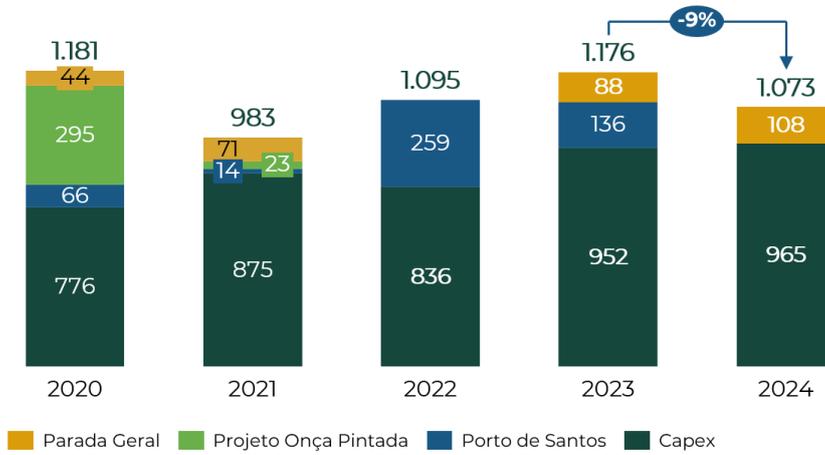
O EBITDA ajustado atingiu R\$ 3.278 milhões, 24% superior em relação ao ano anterior, explicado pelo efeito do preço e câmbio, conforme comentado anteriormente e em função da maior utilização de madeira própria no período.

Lucro líquido (R\$ milhões)



O lucro líquido de 2024 foi de R\$ 1.096 milhões, uma retração diante dos R\$ 2.347 milhões no ano anterior, devido principalmente à reversão dos ganhos realizados nas operações de hedge e à diminuição dos ganhos provenientes do ajuste a valor justo do ativo biológico, refletindo a estabilidade de preços de madeira em comparação a 2023.

Investimentos (R\$ milhões)



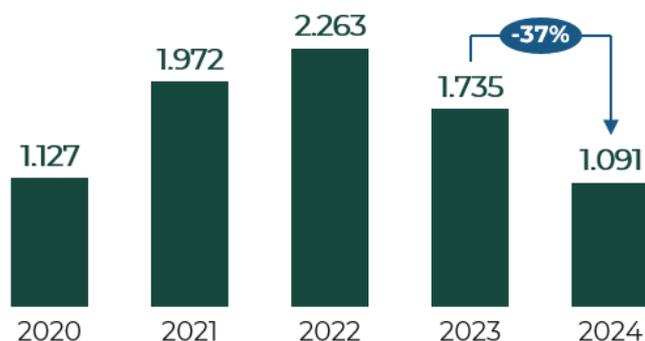
Em 2024, a companhia investiu um total de R\$ 1.073 milhões na manutenção das atividades fabris, florestais e silvicultura, mantendo o mesmo nível de investimentos do ano anterior. Além desses investimentos, os desembolsos com arrendamentos totalizaram R\$ 401 milhões, representando um aumento de 15% em relação ao ano anterior, impulsionado por novos contratos de arrendamento de terras florestais e pela correção dos índices financeiros dos contratos de arrendamento em geral.

Reforçando seu compromisso com a inovação, em outubro de 2024, a Eldorado inaugurou o Centro de Tecnologia Florestal ELDTECH, voltado para o avanço da pesquisa e o desenvolvimento em áreas estratégicas como manejo de pragas e doenças, solos e nutrição, meteorologia e ecofisiologia florestal, melhoramento genético florestal, biotecnologia e tecnologia da madeira. O ELDTECH consolida a empresa como referência em inovação no setor florestal.

A companhia também modernizou suas operações florestais, implementando conectividade de alta velocidade, viabilizada por antenas satelitais de baixa órbita, permitindo acesso instantâneo a informações e monitoramento em tempo real, fortalecendo a gestão operacional mesmo em áreas remotas. Atualmente, mais de 500 máquinas e veículos operam com soluções embarcadas para monitoramento contínuo, otimizando a eficiência, reduzindo perdas e melhorando o uso dos equipamentos. Como reconhecimento, a Eldorado recebeu o prêmio "Destaque Iniciativa de Inovação" e se destacou no Ranking Top Open Corps 2024 pelo seu protagonismo em colaboração com startups e inovação no setor florestal.

Em agosto de 2024, a Eldorado inaugurou um sistema pioneiro de geração de energia limpa, tornando-se a única indústria no mundo a aproveitar efluentes tratados para reverter o fluxo de água e gerar energia. A iniciativa, alinhada às práticas ESG já abastece o prédio administrativo da empresa.

Fluxo de caixa livre ajustado (R\$ milhões)



O Fluxo de Caixa Livre Ajustado totalizou R\$ 1.091 milhões em 2024, comparado a R\$ 1.735 milhões em 2023. Apesar do aumento no EBITDA ajustado, o impacto negativo das operações de hedge, em contraste com o resultado positivo registrado no ano anterior, compensou esse ganho.

Dívida líquida (R\$ milhões) e alavancagem (x)



Mantendo o foco na disciplina financeira, a dívida líquida da empresa encerrou 2024 em R\$ 966 milhões, uma queda de 21% em relação aos R\$ 1.216 milhões no final do ano anterior. No terceiro trimestre, a companhia fez a liquidação de debêntures no vencimento e ao longo do ano também antecipou o pagamento de dívidas mais onerosas, viabilizado pela contínua geração de caixa. A relação dívida líquida/EBITDA ajustada, medida em reais, encerrou 2024 em 0,3 vezes contra 0,5 vezes no ano anterior.

Sustentabilidade (Ambiental, Social e Governança)

Ambiental e Social

A Eldorado manteve sua estratégia de crescimento e geração de valor alinhada aos seus direcionadores: competitividade, inovação, sustentabilidade e valorização das pessoas. A sustentabilidade e os critérios ESG de modo geral são um pilar fundamental do negócio e permeia todas as ações da companhia.

Certificações internacionais

Em 2024, a Eldorado passou pela Auditoria de Supervisão de Manejo Florestal FSC - Forest Stewardship Council® (FSC® - FSC-C113536 – Conselho de Manejo Florestal) e PEFC Programme for the Endorsement of Forest Certification, que avaliaram a conformidade com os Princípios e Critérios das certificações florestais nas unidades de manejo, incluindo novas áreas. Além disso, as florestas plantadas e áreas de conservação ambiental da empresa contribuíram para a remoção de aproximadamente 2,2 milhões de toneladas de CO₂ no ano, registrando no acumulado mais de 44 milhões de toneladas de CO₂ removidos desde o início das operações, ou seja, 12 vezes superior às emissões diretas da companhia no mesmo período. A companhia manteve a excelência no processo e teve a recomendação para manter os certificados.

Ainda em 2024, a Auditoria de Supervisão de Cadeia de Custódia FSC – Forest Stewardship Council (FSC-C113939), PEFC – Programme for the Endorsement of Forest Certification e Madeira Controlada, avaliou processos na fábrica, em Três Lagoas (MS), e no escritório em Dania Beach (Flórida/EUA). A partir desta auditoria, a Eldorado também recebeu recomendação para manter as certificações, garantindo que as práticas de manejo florestal e rastreabilidade do nosso produto até o cliente final atendem às normas.

Além disso, a Eldorado também renovou a certificação Halal, conquistando 100% de aprovação, o que atesta que a companhia trabalha dentro dos preceitos do Islamismo e oferece produtos adequados ao consumidor islâmico, seguindo os requisitos legais e os critérios estabelecidos pela jurisprudência da religião.

Relatório de sustentabilidade

Em 2024, a Eldorado também divulgou o 11º Relatório de Sustentabilidade, que reúne informações sobre as áreas ambiental, social e de governança, além dos resultados e principais destaques do ano. O relatório foi construído de acordo com as normas do Global Reporting Initiative (GRI) e do Sustainability Accounting Standards Board (SASB), alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aderente ao Pacto Global da ONU. A companhia fortaleceu sua atuação nos Dez Princípios do Pacto Global, e avançou na agenda de sustentabilidade, aprimorando a comunicação com os públicos interessados e fortalecendo a gestão de temas econômicos, sociais e ambientais. [Relatório Anual de Sustentabilidade | Eldorado Brasil](#)

Em complemento, foi divulgada a 12ª Edição Resumo Público do Plano de Manejo Florestal, com informações do seu planejamento das atividades florestais, descrevendo os principais objetivos, responsabilidades, recursos e estratégias para a adoção de práticas responsáveis e sustentáveis. [Plano de Manejo Florestal | Eldorado Brasil](#).

Relação com as comunidades

A Eldorado também tem como premissa de atuação o relacionamento próximo com as comunidades das regiões em que atua. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento social local – um dos tópicos prioritários da estratégia ESG, que estrutura os compromissos da companhia com a agenda socioambiental e de governança. A área de sustentabilidade da empresa realiza reuniões periódicas com 15 comunidades e arredores no Estado do Mato Grosso do Sul, em um engajamento ativo e transparente com as pessoas da região, levantando questões prioritárias e estabelecendo uma agenda positiva para sua atuação social.

Em 2024, a Eldorado consolidou o Projeto Raízes em parceria com o SENAR e Prefeitura de Selvíria, com o objetivo de apoiar os produtores dos assentamentos Alecrim, São Joaquim e Canoas na produção de raízes, em especial a mandioca. A parceria contempla desde o preparo do solo até o escoamento e comercialização da produção de tubérculos.

Ainda no ano passado, a empresa também avançou no Programa “Valores Eldorado na Escola”, promovendo um intercâmbio de conhecimentos, conscientização e estímulo à adoção de práticas sustentáveis entre os estudantes nas escolas municipais dos municípios de Três Lagoas e Paranaíba, no estado do Mato Grosso do Sul. O programa busca inspirar e conscientizar as próximas gerações e educar os estudantes do Ensino Fundamental II sobre as operações da Eldorado, destacando as ações ambientais, como o papel fundamental do eucalipto na preservação da biodiversidade e no combate às mudanças climáticas. Além disso, o projeto aborda temas como prevenção de incêndios florestais, pesquisa e desenvolvimento, avaliação florestal, produção de energia renovável e estratégias de recrutamento e organização empresarial.

A Eldorado também fez diversos repasses ao longo do ano, sempre com foco em saúde, educação e desenvolvimento das comunidades, com um olhar atento às necessidades locais. A empresa consolidou seu papel como agente transformador, atuando de forma responsável e solidária no apoio às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul, com a doação de 10 toneladas de itens de higiene pessoal e cobertores, levando conforto e dignidade às famílias em situação de emergência. A empresa também participou da campanha “Aquece MS”, garantindo a distribuição de 2.800 cobertores para pessoas em situação de vulnerabilidade, proporcionando proteção durante o inverno rigoroso. Também participou da instalação de uma sala de amamentação no Hospital Regional de Três Lagoas, iniciativa que acolhe mães e bebês, promovendo um ambiente saudável e seguro para a amamentação. A Eldorado também fortaleceu projetos sociais em assentamentos, por meio da entrega de insumos e equipamentos que fomentam iniciativas locais, promovendo o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, premiou alunos destaques dos projetos educacionais Florestinha, Patrulha Mirim e Bombeiros do Amanhã, com a entrega de bicicletas como forma de incentivo ao desempenho acadêmico e ao protagonismo juvenil. Além dessas ações, a empresa realizou algumas iniciativas pontuais, atendendo demandas específicas das comunidades em que está inserida.

A ação “Programa Eldorado Sustentabilidade” (PES) é direcionada à sociedade, comunidades e colaboradores da Eldorado Brasil. Em 2024, o PES alcançou mais de 94 mil pessoas por meio de ações diretas e divulgações em mídias sociais. As ações de educação ambiental reforçam o compromisso da Eldorado Brasil com o desenvolvimento sustentável e a valorização da sua cultura organizacional, pautada pelos princípios ESG (Ambiental, Social e Governança), destacando-se na promoção do bem-estar das gerações futuras e na busca pelo equilíbrio socioambiental.

Também no ano passado, o Programa de Voluntariado AME (Amigos da Eldorado) realizou diversas ações de sucesso, com recordes em todas elas. Um dos destaques foi a ação SOS Rio Grande do Sul, na qual os voluntários arrecadaram mais de 7 mil itens que foram encaminhados para os municípios gaúchos afetados pelas enchentes em maio. O programa também promoveu campanhas de Páscoa, doação de sangue, visita em lar dos idosos, Dia das Crianças e Natal, beneficiando comunidades de Santos, São Paulo e Três Lagoas. A Eldorado atua também no desenvolvimento econômico e social em Santos. Na integração do porto e a cidade de Santos, a Eldorado é destacada pelos três painéis artísticos com mais de 10 metros de altura, pintados e assinados pelo artista Jabah, representando o plantio de eucaliptos, a floresta e a fábrica de celulose da Eldorado, acrescentando cor e vida à região portuária.

Além disso, em março de 2024 a empresa entregou à Prefeitura de Santos uma nova Unidade Básica de Saúde (UBS), no bairro Estuário. Cerca de 16 mil pessoas que moram na região são beneficiadas com atendimento pediátrico, ginecológico e odontológico de qualidade, dentro da Estratégia de Saúde da Família.

Outros marcos significativos incluem a construção da Passarela de Pedestres, do viário interno do Porto e do Viaduto, que aumentaram a agilidade e segurança do Cluster de Celulose. A passarela oferece acesso seguro e rápido ao Porto, e o viaduto, com 350 metros de extensão, cruza 7 linhas de trem, facilitando o tráfego na região.

Meio Ambiente

Com o objetivo de sempre melhorar seu desempenho ambiental, a Eldorado Brasil está comprometida em adotar padrões operacionais mais rigorosos do que os estabelecidos pela legislação nacional. A empresa remove 12 vezes mais CO₂ do que emite, resultando em balanço de carbono negativo, um destaque no mercado.

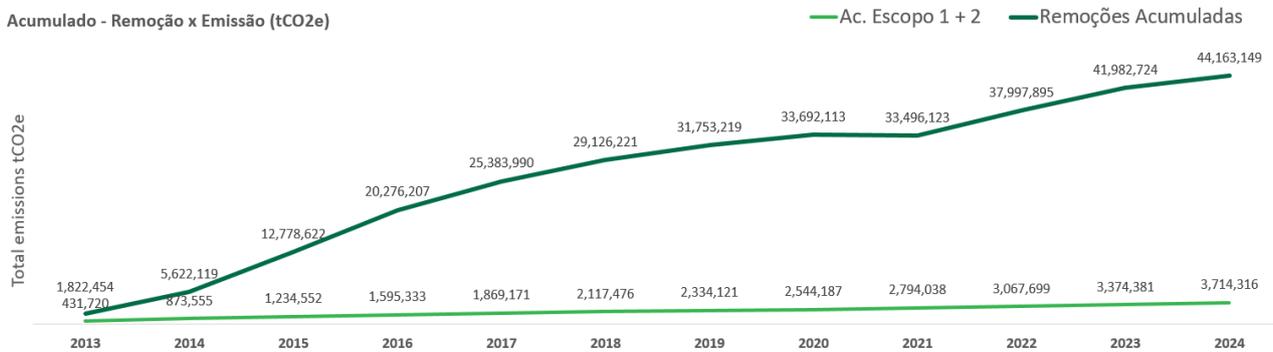
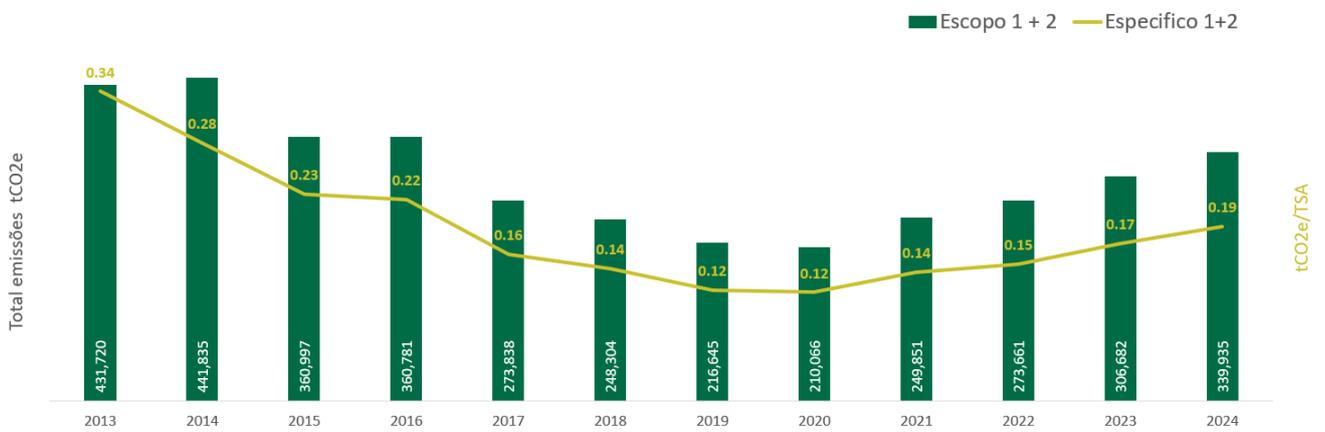
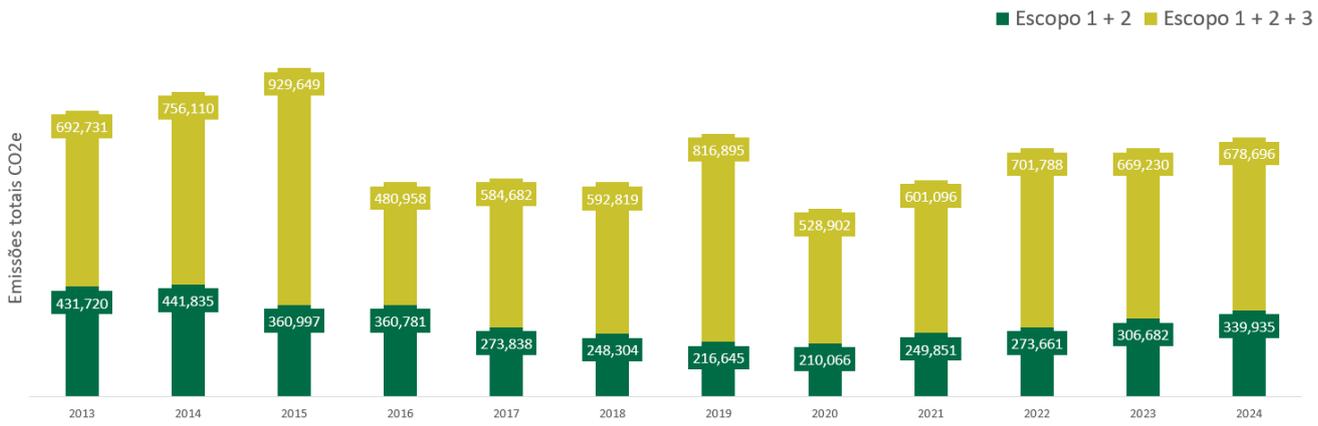
A empresa também está empenhada em realizar estudos sobre o uso de combustíveis renováveis, menos poluentes, e na substituição do diesel por gás natural veicular (GNV) em sua frota de transporte, incluindo veículos híbridos e movidos exclusivamente a gás.

Em razão da ampliação das atividades operacionais, a Companhia aumentou as emissões do Escopo 1 (306.078,158 tCO₂e, 13,25% a mais que o ciclo anterior). A elevação se deve ao maior consumo de óleo diesel, em virtude da ampliação das atividades operacionais, e de óleo combustível para acionamento das caldeiras, devido à parada geral de fábrica.

O levantamento de emissões de gases de efeito estufa, responsável por consolidar os dados relativos às emissões, a partir de 2022 começou a ser avaliado por auditoria externa de terceira parte, conforme as diretrizes do programa GHG Protocol. Nesse contexto, a empresa obteve o Selo Ouro, que representa o mais alto nível de reconhecimento em relação ao inventário de gases de efeito estufa, segundo o programa GHG Protocol Brasil.

O inventário foi avaliado por uma entidade credenciada pelo Inmetro, seguindo os padrões estabelecidos pela ISO 14064, o que validou as boas práticas de monitoramento e a transparência na divulgação dos dados. Além disso, a Eldorado Implementou sistema para monitorar principais indicadores ambientais de GEE, resíduos, energia, água e efluentes. A certificação se refere ao inventário de 2023 e a companhia já está preparada para o novo ciclo dos dados de 2024.

Abaixo estão os gráficos demonstrativos referentes ao de 2024. As emissões absolutas apresentam um leve aumento, influenciado principalmente pelas emissões da categoria de atividades agrícolas, em razão do aumento das ocorrências de incêndios florestais, resultado da longa estiagem enfrentada no Estado do Mato Grosso do Sul.



*Os números de 2024 serão auditados no 2º trimestre de 2025, podendo sofrer pequenas variações.

Governança Corporativa

Nossa Gente

O sucesso da Eldorado é impulsionado pela Nossa Gente, que transforma desafios em conquistas e escreve nossa história a cada dia. Com mais de 5 mil colaboradores, cultivamos um ambiente acolhedor e inspirador, onde talentos crescem e carreiras se desenvolvem.

Um dos destaques do período foi o crescimento de 5,18% no número de mulheres na companhia, um avanço importante na agenda de diversidade.

Nossa estratégia de crescimento é direcionada por quatro pilares centrais: competitividade, sustentabilidade, inovação e valorização das pessoas. Esses eixos, presentes em todas as áreas, formam a base de uma cultura de trabalho que prioriza a inovação, a responsabilidade ambiental, a eficiência e, acima de tudo, o respeito e a valorização de Nossa Gente.

A Cultura Organizacional também direciona a criação e o desenvolvimento de diversos programas internos. Um deles é a Academia da Liderança, que desenvolve líderes para conduzirem equipes de sucesso, criando um ambiente de aprendizagem para o crescimento e o aprimoramento contínuo das habilidades de liderança em seus diversos níveis de gestão. O principal objetivo é melhorar a performance e a produtividade, garantindo que líderes e suas equipes alcancem resultados ainda mais expressivos. Em 2024, realizamos importantes investimentos em desenvolvimento de liderança com 25 coordenadores e especialistas participando da Trilha Liderança Tática, 162 participantes (analistas, líderes, especialistas, supervisores e técnicos) na Trilha Líderes do Futuro, 28 participantes (supervisores e líderes) na Trilha Sou Líder e Agora e 26 pares de mentores e mentorados, compostos por líderes da Eldorado no Programa de Mentoria.

Outra ação significativa foi a Jornada da Cultura reuniu 100 líderes, com o objetivo de fortalecer e alinhar os valores, crenças, não crenças, direcionadores, visão e missão que guiam o comportamento e as decisões estratégicas da empresa. Essa jornada cria um ambiente de reflexão e troca de experiências, fortalecendo a conexão das lideranças com a cultura organizacional de maneira mais significativa e consciente. Esse encontro é realizado anualmente.

Compliance

A Eldorado tem avançado a cada ano no seu Programa de Compliance, com o compromisso de promover as boas práticas para incentivar que todos ajam com integridade. A empresa e suas lideranças priorizam o diálogo aberto com todos os nossos públicos de relacionamento e, ano a ano, novas ações são criadas e aprimoradas com intuito de fomentar os valores, a cultura de ética, integridade, conformidade e transparência nos negócios.

Em 2024, o Programa de Compliance da Eldorado atingiu 100% de conformidade em 180 itens avaliados por uma auditoria externa, seguindo as melhores práticas de mercado e as resoluções ISO 37001 e 37301.

Desde março de 2024, a companhia também integra o seletor grupo de organizações com o Selo Mais Integridade do Ministério da Agricultura e Pecuária. Esse reconhecimento é concedido a empresas que incorporam responsabilidade social, foco em sustentabilidade ambiental e práticas éticas em suas atividades e políticas internas e externas. O Programa de Multiplicadores da Ética também tem sido um pilar da governança na Eldorado. A iniciativa existe há quatro anos e possui 66 colaboradores selecionados para o biênio 2024-2026, disseminando valores éticos, combate a corrupção e promovendo transparência, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e ao Pacto Global.

Além disso, a Eldorado reforça sua cultura de "Faça Sempre o Certo" (slogan do Programa de Compliance), com compromissos públicos de integridade, como o Movimento Empresarial pela Integridade e Transparência e o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção.

Em 2024, o programa também continuou promovendo diversos treinamentos focados em aprimorar a governança corporativa e as regras de comportamento. Toda a cadeia de parceiros da Eldorado recebeu o Treinamento de Boas Práticas Anticorrupção da Agroindústria, desenvolvido pela Ação Coletiva e com foco em boas práticas de prevenção e combate à corrupção no setor.

A companhia também desenvolveu o Projeto Compliance na Área, estruturado para levar conhecimento e informação sobre a conduta e comportamento esperados dos colaboradores da Eldorado mais afastados e com menos acesso à internet. Por meio de dinâmica interativa, os colaboradores discutiram sobre a importância de um ambiente de trabalho ético, justo e respeitoso para conseguir atingir os resultados esperados.

A Ação Coletiva Anticorrupção do Agronegócio, iniciativa promovida pelo Pacto Global da ONU Brasil e da qual a Eldorado é uma das integrantes e fundadoras, recebeu o Prêmio de Realização Extraordinária (Outstanding Achievement Award), concedido pelo Basel Institute on Governance, um reconhecimento aos esforços coletivos em promover a integridade, a ética e a transparência no setor agroindustrial. Essa é a primeira vez que uma iniciativa brasileira recebe a premiação, demonstrando a importância que o setor e nossa companhia tem dado ao tema.

Relacionamento com Auditores Independentes

A Eldorado informa que a KPMG Auditores Independentes Ltda., responsável pela auditoria de suas demonstrações financeiras, não foi contratada em 2024 para prestar serviços não relacionados à auditoria externa. Os honorários dos auditores independentes em 2024 totalizaram o valor líquido de R\$ 2.098.656 para serviços executados no Brasil, Estados Unidos e China, e EUR 80,5 mil na Áustria.

Considerações Finais

Os avanços da Eldorado em 2024 são resultado do esforço cotidiano dos mais de cinco mil colaboradores da companhia que atuam no Brasil e em escritórios no exterior.

A Eldorado também agradece aos clientes, fornecedores e parceiros por contribuírem para que esses resultados notáveis pudessem ser alcançados. A companhia continua com um forte compromisso em manter sua posição de destaque no mercado global, com suporte da sustentabilidade, inovação, competitividade e valorização das pessoas.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Eldorado Brasil Celulose S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eldorado Brasil Celulose S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eldorado Brasil Celulose S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo dos ativos biológicos

Veja as notas explicativas 7 (h) e 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia mensura seus ativos biológicos a valor justo e essa mensuração requer julgamento significativo na determinação de premissas, que incluem, entre outras, ciclo médio de formação das florestas até exaustão, incremento médio anual do volume de madeira, preço médio de venda da madeira em pé e taxa de desconto (WACC) e consequentemente na aplicação do método de fluxo de caixa descontado que considera o benefício fiscal de amortização - TAB.</p> <p>Devido ao grau de incerteza na determinação das premissas, complexidade e nível de julgamento na aplicação do método utilizado na mensuração do valor justo dos ativos biológicos, bem como o impacto que eventuais alterações nas premissas e na aplicação do método poderia ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– avaliação do desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à mensuração do valor justo dos ativos biológicos.– avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas utilizadas para determinar o valor justo dos ativos biológicos, comparando com informações históricas internas e externas disponíveis, avaliando as fontes utilizadas no cálculo e comparando com informações de mercado e práticas de avaliação para o valor justo de ativos biológicos, bem como a aplicação do método de fluxo de caixa descontado que considera o benefício fiscal de amortização - TAB.– avaliação das divulgações relacionadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas através dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração dos ativos biológicos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Leslie Nares Laurenti
Contadora CRC 1SP215906/O-1



Balço patrimonial

Exercícios findos em 31 de Dezembro
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	933.338	916.360	1.181.898	1.407.283
Contas a receber de clientes	10	1.382.719	868.311	1.561.627	1.133.769
Estoques	13	653.948	627.092	843.983	748.147
Tributos a recuperar	14	41.666	80.382	43.688	84.347
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	28.575	13.895
Instrumentos financeiros derivativos	8.4	16.190	149.695	16.190	149.695
Adiantamentos a fornecedores	12	19.368	65.588	17.575	66.906
Outros ativos circulantes		23.613	44.831	24.624	45.725
Total do ativo circulante		3.070.842	2.752.259	3.718.160	3.649.767
Não Circulante					
Tributos a recuperar	14	15.355	15.572	15.670	15.959
Adiantamentos a fornecedores	12	553.899	395.627	553.899	395.627
Instrumentos financeiros derivativos	8.4	41.813	175.554	41.813	175.554
Empréstimos com partes relacionadas	11.3	407.306	291.037	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.2	-	-	9.849	-
Outros ativos não circulantes		1.580	2.370	1.800	2.881
		1.019.953	880.160	623.031	590.021
Ativos biológicos	15	5.060.580	4.748.287	5.060.580	4.748.287
Investimentos	16.2	957.564	2.108.742	-	-
Imobilizado	17	5.055.079	4.983.149	5.384.341	5.323.027
Intangível	18	42.737	30.384	197.079	126.398
Direitos de uso	19.1	1.460.693	1.402.098	1.741.877	1.671.985
		12.576.653	13.272.660	12.383.877	11.869.697
Total do ativo não circulante		13.596.606	14.152.820	13.006.908	12.459.718
Total do ativo		16.667.448	16.905.079	16.725.068	16.109.485



Balanco patrimonial

Exercícios findos em 31 de Dezembro
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Fornecedores	20	275.009	350.493	309.385	389.798
Empréstimos e financiamentos	21	575.948	1.188.827	575.948	1.188.827
Arrendamentos a pagar	19.2	165.463	146.141	228.451	191.174
Empréstimos com partes relacionadas	11.4	916	1.068.046	-	-
Obrigações trabalhistas e sociais		280.113	225.013	291.851	232.873
Obrigações fiscais		20.051	15.867	15.422	17.381
Imposto de renda e contribuição social correntes		72.243	-	72.288	-
Instrumentos financeiros derivativos	8.4	-	3.968	-	3.968
Dividendos mínimos obrigatórios	24.5	274.487	-	274.487	-
Outros passivos circulantes		12.914	24.757	128.839	88.410
Total do passivo circulante		1.677.144	3.023.112	1.896.671	2.112.431
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	21	1.572.124	1.434.146	1.572.124	1.434.146
Empréstimos com partes relacionadas	11.4	241.500	-	-	-
Arrendamentos a pagar	19.2	1.510.522	1.429.471	1.590.103	1.544.521
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.2	804.085	656.289	804.085	656.289
Provisão para riscos processuais	23	31.705	42.205	31.717	42.244
Outros passivos não circulantes		9.842	30.727	9.842	30.725
Total do passivo não circulante		4.169.778	3.592.838	4.007.871	3.707.925
Total do passivo		5.846.922	6.615.950	5.904.542	5.820.356
Patrimônio líquido	24				
Capital social		1.788.792	1.788.792	1.788.792	1.788.792
Reservas de lucros		8.492.766	8.232.269	8.492.766	8.232.269
Ajustes de avaliação patrimonial		538.968	268.068	538.968	268.068
Total do patrimônio líquido		10.820.526	10.289.129	10.820.526	10.289.129
Total do passivo e patrimônio líquido		16.667.448	16.905.079	16.725.068	16.109.485



Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de Dezembro

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida	25	5.991.064	3.627.294	6.373.370	5.756.145
Custo dos produtos vendidos	27	(2.686.560)	(2.521.401)	(2.796.271)	(2.649.276)
Lucro bruto		3.304.504	1.105.893	3.577.099	3.106.869
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	27	(430.283)	(362.214)	(471.539)	(389.362)
Com vendas e logística	27	(320.497)	(278.186)	(636.665)	(670.036)
Valor justo do ativo biológico	15	44.051	594.570	44.051	594.570
Resultado de equivalência patrimonial	16.2	(66.203)	1.540.613	-	-
Reversão (constituição) de perdas de crédito esperadas	10.2	1.440	203	15.426	(6.037)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	(26.479)	(97.317)	(27.269)	(138.365)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		2.506.533	2.503.562	2.501.103	2.497.639
Resultado financeiro líquido	29				
Receitas financeiras		76.183	104.811	101.218	140.811
Despesas financeiras		(313.111)	(471.094)	(300.456)	(436.172)
Instrumentos financeiros derivativos		(523.997)	464.943	(523.997)	464.943
Variação cambial, líquida		(210.829)	200.287	(220.107)	199.820
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		1.534.779	2.802.509	1.557.761	2.867.041
Imposto de renda e contribuição social	22.1				
Corrente		(228.562)	(85.825)	(261.197)	(150.357)
Diferido		(210.709)	(369.489)	(201.056)	(369.489)
Lucro líquido do exercício		1.095.508	2.347.195	1.095.508	2.347.195
Lucro líquido por ação básico e diluído - em R\$	24.8			0,7181	1,5386



Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de Dezembro

(Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.095.508	2.347.195
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:		
Ajuste acumulado de conversão - nota 16.2	414.646	(137.522)
Atualização do hedge de fluxo de caixa	(217.797)	82.905
IR/CS diferido sobre hedge de fluxo de caixa	74.051	(28.187)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de imposto de renda e contribuição social	270.900	(82.804)
Total do resultado abrangente do exercício	1.366.408	2.264.391



	Capital social	Reservas de lucros					Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para expansão	Reserva de dividendos mínimos obrigatórios retidos	Retenção de lucros	Hedge accounting	Ajustes acumulados de conversão		
Saldo em 01 de janeiro de 2023	1.788.792	257.199	1.004.037	1.039.340	238.037	3.346.461	58.982	291.890	-	8.024.738
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.347.195	2.347.195
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	54.718	(137.522)	-	(82.804)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	54.718	(137.522)	2.347.195	2.264.391
Constituição de reservas	-	100.559	4.539	-	-	-	-	-	(105.098)	-
Retenção de lucros - nota 24.6	-	-	-	-	-	2.242.097	-	-	(2.242.097)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.788.792	357.758	1.008.576	1.039.340	238.037	5.588.558	113.700	154.368	-	10.289.129
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.095.508	1.095.508
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	(143.746)	414.646	-	270.900
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	(143.746)	414.646	1.095.508	1.366.408
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios 2023 - 24.5.1	-	-	-	-	-	(560.524)	-	-	-	(560.524)
Reversão de reservas	-	-	(2.438)	-	-	-	-	-	2.438	-
Dividendos mínimos obrigatórios 2024 - 24.5	-	-	-	-	-	-	-	-	(274.487)	(274.487)
Retenção de lucros - nota 24.6	-	-	-	-	-	823.459	-	-	(823.459)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.788.792	357.758	1.006.138	1.039.340	238.037	5.851.493	(30.046)	569.014	-	10.820.526

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Lucro líquido do exercício		1.095.508	2.347.195	1.095.508	2.347.195
Ajustes por:					
Depreciação, amortização e exaustão	27 e 28	771.307	668.634	782.427	711.086
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado e biológico	19 e 28	32.573	15.742	32.615	61.458
Valor justo do ativo biológico	15	(44.051)	(594.570)	(44.051)	(594.570)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.1	210.709	369.489	201.056	369.489
Imposto de renda e contribuição social correntes	22.1	228.562	85.825	261.197	150.357
Encargos financeiros – juros e variação cambial		503.946	146.975	484.904	(45.461)
Resultado de equivalência patrimonial	16.2	66.203	(1.540.613)	-	-
Perdas (ganhos) com derivativos	29	523.997	(464.943)	523.997	(464.943)
Provisão para riscos processuais	23	14.564	28.652	14.613	28.769
(Reversão) constituição de perdas de créditos de ICMS	28	(21.324)	508	(21.324)	508
Reversão de perdas estimadas no estoque	13	(184)	(618)	(184)	(618)
Reversão (constituição) de perdas de crédito esperadas	10.2	(1.440)	(203)	(15.426)	6.037
		3.380.370	1.062.073	3.315.332	2.569.307
Diminuição / (aumento) em ativos					
Contas a receber de clientes		(282.839)	(70.640)	(88.147)	476.971
Estoques		40.547	9.886	84.019	130.910
Tributos a recuperar		16.228	65.683	41.257	39.543
Adiantamentos a fornecedores		62.974	17.574	66.085	16.257
Outros ativos circulantes e não circulantes		17.899	11.421	18.368	12.047
		(145.191)	33.924	121.582	675.728
Aumento / (diminuição) em passivos					
Fornecedores		(75.484)	57.435	(129.338)	45.265
Obrigações trabalhistas e sociais		55.100	14.107	57.884	14.352
Obrigações fiscais		15.322	(3.491)	1.255	(29.071)
Pagamentos para riscos processuais	23	(25.064)	(17.139)	(25.140)	(17.665)
Outros passivos circulantes e não circulantes		(32.730)	11.251	(2.288)	(26.340)
		(62.856)	62.163	(97.627)	(13.459)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		3.172.323	1.158.160	3.339.287	3.231.576
Imposto de renda e contribuição social pagos		(112.289)	(172.590)	(168.142)	(259.252)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		3.060.034	985.570	3.171.145	2.972.324
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:					
Aumento em ativos biológicos	15 e 31	(509.817)	(516.414)	(509.817)	(516.414)
Adições no ativo imobilizado e intangível	17 e 18	(533.398)	(511.678)	(597.925)	(659.912)
Caixa recebido na alienação de ativo imobilizado e biológico	28	34.326	21.286	34.326	21.286
Mútuo concedido a partes relacionadas	11.3	(88.000)	(157.000)	-	-
Dividendos recebidos	16.2	1.471.074	2.716.371	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de investimentos		374.185	1.552.565	(1.073.416)	(1.155.040)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:					
Empréstimos e financiamentos captados	21.3	465.822	1.029.570	465.822	1.029.570
Amortização de empréstimos e financiamentos – principal	21.3	(1.221.348)	(2.567.637)	(1.221.348)	(2.567.637)
Amortização de empréstimos e financiamentos – juros	21.3	(269.933)	(347.741)	(269.933)	(347.741)
(Pagamento) Recebimento de operações com derivativos		(446.442)	442.617	(446.442)	442.617
Amortização de empréstimos partes relacionadas – principal	11.4	(996.046)	-	-	-
Amortização de empréstimos partes relacionadas – juros	11.4	(41.243)	(51.554)	-	-
Pagamento de contratos de arrendamentos	19.2	(347.527)	(300.152)	(400.961)	(349.347)
Pagamento de Dividendos	24.5.1	(560.524)	-	(560.524)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(3.417.241)	(1.794.897)	(2.433.386)	(1.792.538)
Variação cambial no caixa		-	-	110.272	35.281
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		16.978	743.238	(225.385)	60.027
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		916.360	173.122	1.407.283	1.347.256
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		933.338	916.360	1.181.898	1.407.283
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		16.978	743.238	(225.385)	60.027

		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas:					
Receita de contrato com cliente	25	6.222.597	3.847.631	6.610.548	5.978.757
Transferências relativas à construção de ativos próprios		162.067	66.048	162.067	66.048
Reversão de perdas de crédito esperadas	10.2	1.440	203	15.426	(6.037)
Outras receitas/(despesas) operacionais		146	501.903	307	461.268
		6.386.250	4.415.785	6.788.348	6.500.036
Insumos adquiridos de terceiros:					
Matéria-prima e consumíveis	27	(974.523)	(885.051)	(961.038)	(903.689)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.134.561)	(879.466)	(1.561.936)	(1.283.797)
Reversão (constituição) de perdas de créditos de ICMS	28	21.324	(508)	21.324	(508)
		(2.087.760)	(1.765.025)	(2.501.650)	(2.187.994)
Valor adicionado bruto					
Depreciação, amortização e exaustão	27 e 28	(771.307)	(668.634)	(782.427)	(711.086)
		3.527.183	1.982.126	3.504.271	3.600.956
Valor adicionado recebido em transferência:					
Equivalência patrimonial	16.2	(66.203)	1.540.613	-	-
Receitas financeiras e variações cambiais ativas		348.652	770.041	357.303	805.574
Valor adicionado total a distribuir		3.809.632	4.292.780	3.861.574	4.406.530
Distribuição do valor adicionado:					
Pessoal:					
Remuneração direta		329.779	307.936	344.528	321.558
Benefícios		235.345	171.517	240.993	179.129
FGTS		25.779	24.028	25.779	24.443
		590.903	503.481	611.300	525.130
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		635.809	680.315	674.275	753.431
Estaduais		132.470	126.219	138.826	126.805
Municipais		-	-	4.112	1.850
		768.279	806.534	817.213	882.086
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros e variação cambial		1.308.369	450.432	1.277.429	405.406
Aluguéis		45.552	183.384	47.959	234.862
Outras		1.021	1.754	12.165	11.851
		1.354.942	635.570	1.337.553	652.119
Remuneração de capitais próprios:					
Lucro líquido do exercício		1.095.508	2.347.195	1.095.508	2.347.195
Valor adicionado total distribuído		3.809.632	4.292.780	3.861.574	4.406.530



1. Contexto operacional

A Eldorado Brasil Celulose S.A. ("Eldorado"), em conjunto com suas controladas ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto constituída sob as leis brasileiras, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, sob a categoria B, com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo (SP).

A Companhia tem como principal objeto social a produção, comercialização, importação e exportação de celulose, com unidade industrial na cidade de Três Lagoas, estado do Mato Grosso do Sul (MS). Atua também no cultivo de mudas e árvores, extração de madeira em florestas plantadas, reflorestamento de terras próprias e de terceiros, e na produção de energia elétrica a partir do processamento de biomassa.

A comercialização da celulose no mercado internacional é feita por vendas diretas pela Eldorado e suas controladas localizadas na Áustria, Estados Unidos da América e China.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de fevereiro de 2025.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade às normas do *IFRS* e *CPC*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas financeiras adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Elas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, sendo consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas na nota 7.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos e ativos biológicos, tem seu valor ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento, por parte da Administração, no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) Demonstração do Valor Adicionado. Como as IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, ela



está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações financeiras.

3. Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação são as seguintes:

Subsidiárias diretas	País	Participação acionária	
		2024	2023
Cellulose Eldorado Austria GmbH	Áustria	100%	100%
Rishis Empreendimentos e Participações S.A.	Brasil	100%	100%
Eldorado Brasil Celulose Logística Ltda.	Brasil	100%	100%
Subsidiárias indiretas			
Eldorado USA, Inc.	Estados Unidos	100%	100%
Eldorado Intl. Finance GmbH	Áustria	100%	100%
Cellulose Eldorado Asia	China	100%	100%

As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas na nota 7.

4. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

4.1. Novas normas contábeis e interpretações efetivas

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024:

- **Alterações ao CPC 26/IAS 1 relativos a passivos não circulantes com cláusulas restritivas e classificação de passivos como circulantes ou não circulantes:** As alterações emitidas, em outubro de 2022, esclarecem que os covenants de contratos de empréstimos e financiamentos que uma entidade deve cumprir apenas após a data de reporte não afetam a classificação de um passivo como circulante ou não circulante na data de reporte. Contudo, os covenants que a Companhia é obrigada a cumprir até ou na própria data de reporte afetam a classificação como circulante ou não circulante, mesmo que o cumprimento do covenants seja avaliado apenas após a data de reporte da entidade. Conforme mencionado na nota 8.5, a Companhia divulga as cláusulas restritivas, sem que tenham sido observadas alterações até a data de publicação.
- **Alterações ao CPC 06 (R2)/IFRS 16 relativos ao passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior:** Exige que um vendedor-arrendatário mensure subsequentemente os passivos de arrendamento decorrentes do *Sale and Leaseback* de forma que não reconheça nenhum valor do ganho ou perda relacionado ao direito de uso que ele retém.
- **Alterações relativas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7 Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado"):** As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado"). Essas divulgações ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Conforme divulgado na nota 20, a Companhia divulga a sua exposição de acordos de financiamento de fornecedores.



4.2. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Adicionalmente as alterações listadas no item 4.1., o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2025, 2026 e 2027, com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo CPC, sendo:

Novas normas ou alterações	Data de vigência
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowance</i>) e Créditos de Descarbonização (CBIO)	1º de Janeiro de 2025
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	1º de Janeiro de 2025
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado, Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	1º de Janeiro de 2025
Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7	1º de Janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	1º de Janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de Janeiro de 2027

5. Estimativas e julgamentos críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas por parte da Administração na aplicação das políticas contábeis materiais da Companhia. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

▪ Valor justo dos ativos biológicos

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos leva em consideração diversas premissas com alto grau de julgamento, tais como preço estimado de venda da madeira, produtividade, qualidade, taxa de desconto etc., sendo categorizados, conforme hierarquia de valor justo descritos na nota 8.2, como valores justos de Nível 3. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, conseqüentemente, na valorização ou desvalorização desses ativos.

Os ativos biológicos também podem ser impactados por mudanças climáticas, principalmente no que tange a impactos físicos relacionados a eventos climáticos extremos e a riscos crônicos resultantes de mudanças de longo prazo nos padrões climáticos.

A Administração da Companhia considerou, principalmente, os seguintes processos de avaliação:

- Tendências em relação ao ativo florestal, ao mercado de madeira, à cadeia de valor da indústria florestal, ao ambiente de negócios e ao mercado de terras;
- Projeção da abordagem de avaliação das potenciais estratégias de negócio para transação do ativo, dos métodos de avaliação e das premissas relacionadas ao ativo e à avaliação;
- Estimativa do valor de mercado do ativo com base nos resultados das atividades anteriores.



Embora os efeitos das mudanças climáticas representem uma fonte de incerteza, considerando os estudos e monitoramentos efetuados por meio de estações meteorológicas, a Companhia não considera que haverá um impacto material, no curto e médio prazo, em seus julgamentos e estimativas sobre os riscos físicos anteriormente mencionados. No que se refere à ocorrência de pragas e doenças, a Companhia conta com departamento especializado, que atua para seu diagnóstico, prevenção e combate.

Outras informações relativas ao ativo biológico estão divulgadas na nota 15.

▪ **Taxa de desconto para arrendamentos**

A Companhia, no registro inicial do contrato, utiliza a taxa incremental para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento.

A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar em um eventual empréstimo, com prazo e garantia similares aos dos contratos de arrendamento, a fim de obter a quantia necessária para adquirir um ativo de valor equivalente ao ativo arrendado em um ambiente econômico semelhante.

O processo de apuração da taxa incremental utiliza, preferencialmente, informações prontamente observáveis, obtidas de instituições financeiras conhecidas.

A adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 permitiu que a taxa incremental fosse determinada para um agrupamento de contratos com características similares. A Companhia adotou o referido expediente prático para seus contratos de arrendamento por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares; e (b) prazos remanescentes similares, calculados a partir da data de aplicação inicial.

▪ **Imposto de renda e contribuição social diferido**

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos incluem um saldo de R\$ 427.733 na controladora e R\$ 441.643 no consolidado, relacionado ao prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados, gerados pela controladora.

Considerando as projeções de lucro tributável, estimado com base no plano plurianual aprovado pela Administração, e cujas premissas utilizadas para estimar a probabilidade de realização dos ativos de impostos diferidos consideram os riscos inerentes aos negócios, a Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável.

▪ **Valor justo de instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia utiliza o fluxo de caixa descontado para cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, os quais são classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes e/ou por meio do resultado.

▪ **Perda (*impairment*) de ativos financeiros**

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia estabelece as premissas e seleciona os dados para o cálculo do *impairment* considerando o histórico de perdas, as condições atuais do mercado e as estimativas futuras ao final de cada exercício.



(i) Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

- **Nota 14** – ICMS a recuperar: a homologação pelo Governo do Estado do Mato Grosso do Sul (MS), da compensação de créditos de ICMS com débitos de mesma natureza, próprios e de terceiros, nos prazos previstos no plano de monetização;
- **Notas 17 e 18** – Valor recuperável dos ativos: evidências internas e externas que podem indicar a existência de perdas não recuperáveis.

6. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional das subsidiárias no exterior é o dólar norte-americano. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para reais conforme as taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para reais de acordo com as taxas de câmbio apuradas nos respectivos períodos das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras (moeda funcional das controladas estrangeiras) geradas na conversão para a moeda de apresentação, o real, são reconhecidas em resultados abrangentes e acumuladas na rubrica "Ajustes acumulados de conversão", no patrimônio líquido.

7. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta aos, ou tem direito sobre, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade, tendo a habilidade de afetar esses retornos. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data de início do controle até a data que o controle deixa de existir.



(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

b. Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções e dos seguintes abatimentos e descontos:

- Desconto comercial: valor normalmente deduzido de um preço base para chegar a um preço final de faturamento, que considera fatores como volume, custo logístico e prazo de pagamento;
- Performance rebate: desconto relacionado a uma meta de volume em um determinado período, acordado em contrato. O desconto é provisionado durante o período e pago após a confirmação do atingimento da meta.

A Companhia utiliza o modelo de cinco etapas para o reconhecimento da receita, o qual prevê: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação conforme obrigação de desempenho previstas nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

Para a receita de vendas de celulose, as obrigações de desempenho consideram os parâmetros previstos pelos (i) Termos Internacionais de Comércio ("*Incoterms*"), quando destinado ao mercado externo, e (ii) tempo de trânsito efetivo, quando destinado ao mercado interno.

c. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento, desreconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que são originados. Os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A classificação dos instrumentos financeiros por categoria é divulgada na nota 8.1.

(ii) Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os instrumentos são classificados e mensurados como: i) custo amortizado; ii) valor justo por meio do resultado abrangente; e iii) valor justo por meio do resultado. Esses instrumentos não são reclassificados subsequentemente, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão dos instrumentos financeiros. Nesse caso, todos instrumentos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.



▪ **Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado**

Nesta categoria de divulgação, os instrumentos financeiros devem: i) ser mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja o recebimento de fluxos de caixa contratuais; e ii) possuir termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa relacionados ao pagamento do valor principal e dos juros sobre o valor principal. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos. A receita e despesa de juros, ganhos, perdas cambiais, redução ao valor recuperável e desreconhecimento de instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado.

▪ **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente**

Nesta categoria de divulgação, os instrumentos financeiros devem: i) ser mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e ii) possuir termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A avaliação do valor justo é determinada da maneira descrita na nota 8.2. Hierarquia de valor justo.

▪ **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Nesta categoria de divulgação, os instrumentos financeiros que não atendem aos critérios de mensuração ao custo amortizado e valor justo por meio de resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados no final de cada período de relatório, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos no resultado desde que não façam parte de uma relação de *hedge* designada conforme determinado na nota 8.4.3. *Hedge accounting*.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legalmente executável de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia não possui nenhum instrumento financeiro que possa ser reclassificado ou compensado.

(iv) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

▪ **Mensuração das perdas de crédito esperadas**

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos ativos financeiros registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada, conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia utiliza o *hedge* de fluxo de caixa, metodologia na qual a parcela efetiva das variações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "*Hedge accounting*", em "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado.



Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e será reconhecido no resultado quando a operação protegida for reconhecida na demonstração do resultado.

Em consonância com a norma de contabilidade CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros, a Companhia designou apenas o componente da variação cambial (elemento à vista) dos contratos de *swap* de moedas e juros para o *hedge accounting* de fluxo de caixa.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo e alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e sujeitos a risco insignificante de alteração de valor.

e. Contas a receber

Os recebíveis são registrados pelo valor nominal faturado na data da venda, conforme o curso normal das operações da Companhia, sendo ajustados pela variação cambial quando denominados em moeda estrangeira e, quando aplicável, deduzidos das perdas estimadas de crédito.

As perdas de crédito esperadas são estimadas usando uma matriz de provisão preparada com base na experiência de perda de crédito histórica do Companhia e suas subsidiárias, ajustada com base em fatores específicos aos devedores, nas condições econômicas gerais e na avaliação das condições atuais e projetadas na data do relatório.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no método do custo médio ponderado. O custo da madeira transferida de ativos biológicos é mensurado pelo valor justo, acrescido dos gastos com colheitas, frete e demais despesas necessárias para colocar a madeira em ponto de consumo. As perdas normais de produção integram o custo de produção do respectivo período, enquanto as perdas anormais, se houver, são reconhecidas na linha de custo dos produtos vendidos, sem transitar pelos estoques.

A Companhia reconhece a perda estimada para redução dos estoques ao valor realizável líquido quando este for menor que o custo. Perdas sobre itens deteriorados e estoques de baixa movimentação são registradas quando necessário. O valor realizável líquido dos estoques de celulose é a quantia líquida que a Companhia espera realizar com a venda do estoque no curso normal dos negócios.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e, caso existam, das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ganhos ou perdas na venda ou na baixa de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Os encargos financeiros de empréstimos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Esses custos são depreciados ao longo das vidas úteis estimadas.



Os gastos de manutenção da parada geral são capitalizados e depreciados pelo período de tempo entre a data da parada realizada e a data estimada da próxima parada.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada com base no valor do ativo, líquido do seu valor residual, pelo método linear ao longo da vida útil estimada do ativo, com base nas seguintes taxas:

	Taxas ponderadas anuais
Equipamentos de informática	20,9%
Veículos e embarcações	13,3 a 22,0%
Máquinas e equipamentos	12,0%
Prédios e instalações	3,9 a 7,3%
Outros	10,6 a 16,3%

A depreciação relacionada aos ativos industriais e florestais integram, respectivamente, o custo de produção e o custo dos ativos biológicos. As terras e terrenos não são depreciados e os demais ativos imobilizados têm suas depreciações geralmente reconhecidas no resultado.

Não faz parte da estratégia de negócio da Companhia a venda de ativos imobilizados, os quais são completamente depreciados e apresentam valor residual não significativo.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente em cada data de reporte, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(iii) Redução ao valor recuperável

Anualmente, a Companhia avalia os seus ativos visando identificar se houve alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização e, se for o caso, estimar o valor recuperável (*impairment*).

Para o cálculo do valor recuperável, a Companhia determina o valor justo e o valor em uso de seus ativos, os quais são geralmente agrupados em Unidades Geradoras de Caixa – UGCs, assim definidas como o menor grupo de ativos que gera um fluxo de caixa amplamente independente dos fluxos de caixa gerados por outros ativos ou grupo de ativos. Uma perda por *impairment* é reconhecida, no resultado, se o valor contábil de um ativo exceder o seu valor recuperável.

h. Ativos biológicos

Os ativos biológicos consistem em florestas renováveis de eucalipto utilizadas na produção de celulose e são mensurados ao valor justo líquido das despesas de venda. A exaustão é mensurada com base na quantidade de madeira colhida em relação à quantidade projetada da produção total de madeira e avaliada pelo valor justo do ativo biológico que está sendo colhido.

Os critérios e premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota 15. A mensuração do valor justo dos ativos biológicos é feita semestralmente, intervalo considerado suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado nas demonstrações contábeis da Companhia.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido no resultado do período em que ocorre, em rubrica própria.



i. Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis têm vida útil definida e são mensurados pelo custo deduzido da amortização acumulada e pelas eventuais perdas por *impairment*.

A mais valia pelo direito de uso da concessão de movimentação portuária representa a diferença entre valor contábil e o valor justo apurado na data de aquisição do direito de uso pela Companhia.

(ii) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado, sendo calculada com base no valor do ativo, líquido do seu valor residual, pelo método linear ao longo da vida útil estimada do ativo, com base nas seguintes taxas:

	Taxas ponderadas anuais
Software de informática	23,0%
Concessão de terminal	6,0%
Mais valia pelo direito de uso concessão portuária	3,9%

j. Provisões

As provisões representam o valor presente dos gastos necessários à liquidação de uma obrigação, líquidos dos efeitos tributários, e são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Obrigações de natureza similar são agrupadas e a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração o conjunto das obrigações. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual do conjunto seja pequena. O valor presente é calculado por taxa de desconto que reflita o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do conjunto das obrigações. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

k. Imposto de renda e contribuição social

Para a Eldorado e as controladas no Brasil, o imposto de renda corrente e diferido é calculado com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder o montante de R\$ 240 mil anuais, e considera a compensação de prejuízos fiscais de anos anteriores, limitado a 30% do lucro tributável.

A contribuição social corrente e diferida é calculada com base na alíquota de 9% sobre a base de contribuição social, que não difere significativamente do lucro tributável, e considera a compensação de bases negativas de períodos anteriores, limitada a 30% da base de contribuição social anual.

Para as controladas no exterior, o imposto corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes nos países em que as controladas atuam e geram lucro tributável.

A Companhia registra o imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, no resultado. O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, relacionados a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes, são reconhecidos diretamente neste grupo.



(i) Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias, as quais são caracterizadas pela diferença entre os valores contábeis de ativos e passivos e suas bases tributárias correspondentes.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias quando forem revertidos, com base nas leis que foram decretadas, ou substantivamente decretadas, até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária são compensados quando há um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e se referirem à mesma entidade legal.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando é provável que exista lucros tributáveis disponíveis contra os quais possam ser utilizados, sendo revisados anualmente, na data do balanço, e reduzidos quando não é mais provável que o benefício fiscal seja realizado.

(ii) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A interpretação técnica IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, explica como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. A incerteza deve ser refletida na mensuração com base na abordagem que melhor estima a sua resolução, considerando (i) valor mais provável ou (ii) do valor esperado. A interpretação técnica não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações contábeis.

A Administração não identificou impactos decorrentes da implementação dessa interpretação técnica.

(iii) Aplicação das regras fiscais do modelo Pilar Dois da OCDE

As regras fiscais do modelo Pilar Dois, parte das iniciativas BEPS (*Base Erosion and Profit Shifting*) da OCDE, entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024 com o objetivo de estabelecer um sistema de tributação mínima global para empresas multinacionais com faturamento anual superior a 750 milhões de euros, promovendo maior equilíbrio na arrecadação tributária internacional. A implementação dessas regras não gerou impactos fiscais para a Companhia.

I. Arrendamentos

(i) Direito de uso do ativo de arrendamentos

A Companhia adotou o pronunciamento CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos para os contratos de arrendamento com ativos identificáveis, cujo uso, benefícios econômicos e demais aspectos previstos no pronunciamento são exclusivos da Companhia, independentemente da forma jurídica do contrato.

No início do contrato de arrendamento, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso, que representa seu direito de usar o ativo subjacente arrendado durante todo o prazo do arrendamento, e um passivo de arrendamento, que representa sua obrigação de efetuar os pagamentos de arrendamento. Contratos de prestação de serviços e acordos de fornecimento foram equiparados a contratos de arrendamento quando há um ativo identificável.



O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado ao custo equivalente ao passivo de arrendamento reconhecido, acrescido de quaisquer custos diretos iniciais. A depreciação é calculada subsequentemente pelo método linear e período de vigência do contrato de arrendamento.

Os contratos de arrendamento com vigência inferior a 12 (doze) meses e os com ativo identificável com valor de mercado inferior a R\$ 20.000 (vinte mil reais) não foram enquadrados na adoção ao pronunciamento CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos.

(ii) Arrendamentos a pagar

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a pagar durante o prazo de arrendamento, acrescido de outras obrigações contratuais previstas no contrato.

O valor presente é calculado com base na taxa incremental de empréstimos (taxa de desconto) da Companhia, a qual se situa entre 9,5% e 12,44%, conforme o prazo de vigência de cada contrato de arrendamento. O valor do ajuste ao valor presente é apropriado mensalmente como juros financeiros, na linha em que compete sua natureza. Foi considerado prazo de arrendamento estendido para os contratos com cláusula de renovação automática.

m. Informação por segmento

A celulose é o único segmento reportável. As receitas advindas da comercialização de energia elétrica não atingiram o critério quantitativo requerido pelo IFRS/CPC para segmentos reportáveis, de forma que a Administração concluiu que esse segmento não deveria ser reportado de forma separada.

n. Subvenções governamentais

A Companhia constituiu reserva de incentivos fiscais de parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais recebidas por meio de créditos outorgados de ICMS oriundos de incentivos fiscais concedidos pelo governo do Mato Grosso do Sul. Os incentivos foram concedidos como contrapartida aos investimentos realizados na construção da unidade industrial no município de Três Lagoas, formação de ativos biológicos e geração de empregos diretos e indiretos. Os créditos outorgados são apresentados na demonstração de resultados da Companhia, na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

o. Concessão portuária

A Companhia detém, através da sua subsidiária Eldorado Brasil Celulose Logística L ("EBLOG"), concessão de operação de terminal portuária, com início das operações de 1 de julho de 2023 e término previsto para 5 de novembro de 2049, com abrangência da operação no Porto de Santos – SP. Os ativos imobilizados são reconhecidos de acordo com o CPC 27/IAS – Ativo Imobilizado, e as obrigações assumidas com o poder concedente e o direito de exploração são reconhecidos de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos, ambos não estando no alcance do ICPC 01(R1)/IFRS 12 – Contratos de concessão, considerando que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço portuário e não há controle substantivo sobre o preço.



8. Gestão de riscos financeiros e instrumentos financeiros

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros e de mercado que podem impactar sua performance e posição patrimonial.

A gestão de riscos é feita pelo departamento financeiro, em consonância com a política de gestão de riscos financeiros e mercado, cujo objetivo é estabelecer as diretrizes e melhores práticas em relação à captação de recursos, câmbio, taxa de juros e riscos relacionados. A política foi atualizada e aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de maio de 2024.

A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, sendo que, para fins de tomada de decisão, toda a exposição é monitorada e analisada em conjunto com variáveis macroeconômicas.

8.1. Instrumentos financeiros por categoria

	Consolidado	
	2024	2023
Custo Amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.181.898	1.407.283
Contas a receber de clientes	1.561.627	1.133.769
Outros ativos	26.424	48.606
Custo amortizado - Ativos	2.769.949	2.589.658
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:		
Instrumentos financeiros derivativos	58.003	325.110
Valor justo por meio do resultado:		
Instrumentos financeiros derivativos	-	139
Ativo	2.827.952	2.914.907
Custo Amortizado – Outros passivos financeiros:		
Empréstimos e financiamentos	2.148.072	2.622.973
Fornecedores	309.385	389.798
Arrendamentos a pagar	1.818.554	1.735.695
Outros passivos	138.681	119.135
Custo amortizado – Outros passivos financeiros	4.414.692	4.867.601
Valor justo por meio do resultado:		
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.968
Passivo	4.414.692	4.871.569



8.2. Hierarquia de valor justo

Os ativos e passivos mensurados pelo valor justo no balanço são calculados com base em técnicas de avaliação determinadas a partir de informações (*inputs*) classificados nos seguintes níveis de hierarquia:

- Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, que incluem preços cotados para ativos e passivos similares em mercados ativos, preços cotados para ativos e passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos, ou outras informações, exceto preços cotados, que sejam observáveis para o ativo ou passivo;
- Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um dado observável, na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão classificados no Nível 2.

As transações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas nas informações contábeis da Companhia e suas controladas. Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros derivativos são os mesmos dos valores contábeis e, no caso dos demais instrumentos financeiros o valor contábil corresponde a uma aproximação razoável do valor justo.

8.3. Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta aos seguintes riscos financeiros:

- a. Risco de mercado;
 - (i) Risco de taxas de juros;
 - (ii) Risco de taxas de câmbio;
- b. Risco de crédito;
- c. Risco de liquidez.

a. Risco de mercado

i. Risco de taxa de juros

A análise de sensibilidade referente ao risco de taxa de juros é realizada para um horizonte de 12 meses. O cenário provável é referenciado por fonte externa - Focus e *Bloomberg*. Os cenários possíveis foram calculados a partir da variação de 25%, para cima e para baixo, em relação ao cenário provável. Essas análises abrangem apenas a variação das taxas de juros e mantém todas as demais variáveis constantes. Neste contexto, foram calculados no quadro abaixo a estimativa dos eventuais impactos no resultado financeiro:



Modalidade	Indexador	Taxa	31/12/2024	Efeito possível no resultado		
				Cenário possível -25%	Cenário Provável ⁽¹⁾	Cenário possível 25%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	12,15%	903.253	101.616	135.488	169.360
Outro ativos não circulantes	TR	0,81%	1.799	26	34	43
Empréstimos e financiamentos	IPCA	4,83%	(608.123)	(22.759)	(30.345)	(37.932)
Empréstimos e financiamentos	SOFR	4,49%	(957.808)	(28.945)	(38.594)	(48.242)
Empréstimos e financiamentos	CDI	12,15%	(361.295)	(40.646)	(54.194)	(67.743)
Arrendamentos a pagar	IPCA	4,83%	(1.818.554)	(68.059)	(90.746)	(113.432)
Exposição líquida			(2.840.728)	(58.767)	(78.357)	(97.946)

⁽¹⁾. Os cenários prováveis foram calculados, considerando as seguintes cotações de para os riscos: CDI – 15,00% / TR – 1,91% / IPCA – 4,99% / SOFR – 4,03%. Fonte: Focus e *Bloomberg*.

O montante de R\$ 278.645 de caixa e equivalentes de caixa, expostos em moedas estrangeiras, e R\$ 220.846 dos empréstimos e financiamentos, estes valores estão atrelados a taxas pré-fixadas e não apresentam cenário futuro de oscilações.

ii. Risco de taxas de câmbio

A análise de sensibilidade referente ao risco cambial é realizada para um horizonte de 12 meses. O cenário provável é referenciado por fonte externa - Focus, *Bloomberg* e BM&F. Os cenários possíveis foram calculados a partir da variação de 10%, para cima e para baixo, em relação ao cenário provável. Essas análises abrangem apenas a variação cambial e mantém todas as demais variáveis constantes. Neste contexto, foram calculados no quadro abaixo a estimativa dos eventuais impactos no resultado financeiro:

Exposição	Moeda	Taxa de câmbio	R\$	2024	Efeito possível no resultado		
				Montante moeda estrangeira	Cenário possível -10%	Cenário Provável ⁽¹⁾	Cenário possível 10%
Caixa e equivalentes de caixa	USD	6,19	259.579	41.935	(25.161)	(7.968)	25.161
Caixa e equivalentes de caixa	EUR	6,44	12.664	1.966	(1.239)	(275)	1.239
Caixa e equivalentes de caixa	CNY	0,85	6.402	7.532	(611)	(295)	611
Contas a receber de clientes	USD	6,19	1.366.725	220.796	(132.478)	(41.951)	132.478
Fornecedores	USD	6,19	(11.675)	(1.886)	1.132	358	(1.132)
Fornecedores	EUR	6,44	(636)	(99)	62	14	(62)
Empréstimos e financiamentos	USD	6,19	(1.430.644)	(231.122)	138.673	43.913	(138.673)
Empréstimos e financiamentos	CNY	0,85	(94.712)	(111.426)	9.035	4.367	(9.035)
Exposição líquida			107.703		(10.587)	(1.837)	10.587

⁽¹⁾. Os cenários prováveis foram calculados, considerando as seguintes cotações de para os riscos: USD – 6,00 / EUR – 6,30 / CNY – 0,81. Fonte: Focus, *Bloomberg* e BM&F.



b. Risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco de crédito e apresenta a seguinte posição no final do exercício:

	Consolidado	
	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	1.181.826	1.407.223
Contas a receber de clientes	1.561.627	1.133.769
Instrumentos financeiros derivativos	58.003	325.249
Total	2.801.456	2.866.241

O risco de crédito de clientes, exceto pelos recebíveis com partes relacionadas, para os quais não são identificados riscos de realização, é administrado de forma centralizada pela Eldorado, de acordo com os procedimentos de controle estabelecidos pela Companhia, em consonância com a política de gestão de risco de crédito e cobrança de clientes. Os limites de crédito são previamente estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os títulos em aberto são acompanhados com frequência e, quando necessário, uma perda de crédito esperada é reconhecida em cada período de fechamento.

A Companhia possui apólice de seguro parcial para os recebíveis nos mercados interno e externo.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não conseguir cumprir as obrigações financeiras à medida que estas se tornam exigíveis. O quadro a seguir apresenta os valores dos passivos financeiros da Companhia, classificados de acordo com os vencimentos contratuais. Estes montantes representam os valores brutos, não descontados, acrescidos de juros e variação cambial, não podendo, portanto, ser reconciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

	Consolidado				
	Menos de 1 ano	01 a 02 anos	02 a 03 anos	Após 3 anos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024					
Empréstimos e financiamentos	676.661	1.497.825	279.867	-	2.454.353
Arrendamentos a pagar	352.376	408.443	374.455	2.704.045	3.839.319
Fornecedores	309.385	-	-	-	309.385
Outros passivos	128.839	9.842	-	-	138.681
Total	1.467.261	1.916.110	654.322	2.704.045	6.741.738



8.4. Instrumentos financeiros derivativos

8.4.1. Derivativos em aberto por tipo de contrato

As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

Tipo do derivativo	Moeda	Controladora e Consolidado			
		Valor nominal		Valor justo	
		2024	2023	2024	2023
Hedge operacional:					
<i>Non Deliverable Forward</i> (US\$) (i)	US\$	-	500.000	-	(3.829)
Hedge de dívida - taxas de juros e câmbio					
Ativos:					
<i>Swap Duplo Indexador</i> (iv)	R\$	-	103.340	-	2.030
Hedge de dívida - taxas de juros:					
Ativos:					
<i>Swap IPCA para Fixed</i> (US\$) (iii)	R\$	500.000	500.000	595.163	627.662
<i>Swap CDI para Fixed</i> (US\$) (ii)	R\$	-	700.000	-	743.187
		500.000	1.200.000	595.163	1.370.849
Passivos:					
<i>Swap IPCA para Fixed</i> (US\$) (iii)	US\$	88.221	88.221	(537.160)	(432.536)
<i>Swap CDI para Fixed</i> (US\$) (ii)	US\$	-	124.643	-	(615.233)
		88.221	212.864	(537.160)	(1.047.769)
				58.003	321.281
Ativo circulante				16.190	149.695
Ativo não circulante				41.813	175.554
Passivo circulante				-	(3.968)
				58.003	321.281

A variação do valor justo dos derivativos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está relacionada com a desvalorização do real frente ao dólar norte-americano (USD) e com a variação entre os indexadores de correção dos contratos e a taxa pré-fixada em USD.

A seguir são descritos cada um dos contratos vigentes, os respectivos riscos protegidos, bem como os procedimentos efetuados para obtenção dos valores justos:

- (i) *Non-Deliverable Forward* (NDF). Posições vendidas em contratos futuros de USD com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações contra valorização do real frente ao dólar. O valor justo dos contratos futuros é determinado usando as taxas de câmbio projetadas (*forward*) para os vencimentos por meio das curvas de cupom cambial e a curva futura da taxa de Depósito Interbancário (DI), obtidas da B3. A seguir, é calculada a diferença entre essa cotação de câmbio futuro obtida e a taxa contratada. A diferença de taxas é multiplicada pelo nominal contratado e trazida a valor presente pela curva futura do DI.



- (ii) *Swap* CDI x *Fixed* (USD). Posições em *swaps* convencionais trocando a variação da taxa DI por taxa prefixada em dólares. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em reais para USD, alinhando à exposição natural dos recebíveis em USD da Companhia. É estimado o valor futuro das duas pontas do *swap* de acordo com as taxas de juros de mercado da moeda em que a ponta do *swap* é denominada. O valor presente da ponta ativa em reais é mensurado por meio do desconto, utilizando a curva futura do DI. No valor da ponta passiva em dólar, o desconto é feito pela curva do cupom cambial. Ambas as curvas são obtidas da B3. A seguir, é calculada diferença entre as duas pontas.
- (iii) *Swap* IPCA x *Fixed* (USD). Posições em *swaps* convencionais trocando variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) por taxa pré-fixada em USD. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em reais para USD, alinhando a exposição natural dos recebíveis em USD da Companhia. É estimado o valor futuro das duas pontas do *swap* de acordo com as taxas de juros de mercado da moeda em que a ponta do *swap* é denominada. O valor presente da ponta ativa em reais é mensurado por meio do desconto utilizando a curva futura do DI. Na ponta passiva em dólar, o desconto é feito pela curva do cupom cambial. Ambas as curvas são obtidas da B3. A seguir, é calculada a diferença entre as duas pontas.
- (iv) *Swap* Duplo Indexador CDI x Pré/USD. Posições em *swaps* trocando a variação da taxa DI, acrescida de taxa pré-fixada, por índice de maior valor entre índice pré-fixado em reais ou índice pré-fixado em dólar, adicionado de juros. O objetivo é diminuir os efeitos das variações das taxas de juros DI.

8.4.2. Cronograma de vencimentos do valor justo

O cronograma de vencimentos do valor justo é o seguinte:

	Consolidado	
	2024	2023
2024	-	145.727
2025	16.190	19.638
2026	23.099	85.478
2027	18.714	70.438
	58.003	321.281

8.4.3. *Hedge accounting*

a. Objetivo e estratégia da gestão de risco

As receitas futuras provenientes das exportações de celulose expõem a Companhia ao risco de flutuação da paridade cambial entre o real (BRL) e o dólar norte-americano (USD). A política de gestão de riscos financeiros e mercado permite a estruturação do *hedge accounting* com objetivo de mensurar e reconhecer os resultados dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos – instrumentos de *hedge*, no mesmo exercício contábil em que são reconhecidas as receitas das exportações – objeto de *hedge*, de forma a reduzir a volatilidade nos resultados da Companhia.

A Companhia designa o componente da variação cambial dos *swaps* de moedas e juros para o *hedge accounting* de fluxo de caixa.



b. Relação do *hedge* e natureza do risco protegido

A Companhia adota o *hedge* de fluxo de caixa, conforme definido no CPC 48 e IFRS 9, tendo como natureza do risco protegido a variação cambial das receitas previstas em dólar norte-americano, as quais se relacionam aos contratos de *swap* que trocam a variação das taxas DI e IPCA, em reais (BRL), por taxa prefixada em dólar norte-americano (USD), alinhando exposição natural dos recebíveis em dólar da Companhia.

c. Identificação do instrumento de *hedge*

O instrumento de *hedge* é o valor principal da dívida em reais convertidos em moedas estrangeiras pelos *swaps*, fixadas em dólar norte-americano, com as seguintes características:

Tipo	Swap
Data de início contrato	22/12/2021
Data de vencimento	13/09/2027
Montante designado em USD	88.221
Paridade média USD x BRL	5,6676
Data início do <i>hedge</i>	22/12/2021

d. Efetividade da relação de *hedge*

A Companhia avalia a efetividade da sua estratégia de *hedge* comparando as alterações do valor justo do instrumento de *hedge* com as alterações do valor justo do objeto protegido, em relação ao risco coberto. Caso a relação de *hedge* não se demonstre efetiva, dentro dos limites estabelecidos em relação à proteção desejada, a parcela inefetiva dos efeitos de variação cambial sobre os empréstimos e financiamentos é reclassificada para a demonstração do resultado sob a rubrica de "Resultado financeiro líquido". No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os testes de eficácia demonstraram a efetividade do *hedge* implementado.

e. Contabilização

	Efeito no Patrimônio Líquido (Hedge accounting)		
	2023	Movimento	2024
Tipo do derivativo			
<i>Swap</i> IPCA para <i>Fixed</i> (US\$)	73.815	(119.340)	(45.525)
<i>Swap</i> CDI para <i>Fixed</i> (US\$)	98.457	(98.457)	-
	172.272	(217.797)	(45.525)
IR/CS diferido	(58.572)	74.051	15.479
Atualização líquida do <i>hedge</i> do fluxo de caixa	113.700	(143.746)	(30.046)

8.5. Gestão de capital

O gerenciamento de capital é conduzido por processo contínuo e prospectivo de planejamento e monitoramento da necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Companhia. Para tal, são estabelecidos mecanismos para o monitoramento do capital necessário à cobertura dos riscos financeiros e operacionais.



A Companhia monitora constantemente o índice consolidado de alavancagem financeira, correspondente à Dívida Líquida dividida pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, ajustado (LAJIDA ajustado), equivalente ao termo em inglês EBITDA ajustado (*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization Adjusted*).

A gestão de capital é realizada de forma consolidada.

(i) Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

A Companhia possui cláusula restritiva no contrato de Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA, de financiamento, que contam com as seguintes obrigações de cumprimento:

Índice	Parâmetro	Limite
Alavancagem	Dívida Líquida ⁽¹⁾ /EBITDA ⁽²⁾	Até 4x

A alavancagem é medida pelo índice da Dívida Líquida sobre o EBITDA e é realizada trimestralmente em reais.

⁽¹⁾ Dívida Líquida é o saldo dos empréstimos e financiamentos subtraídos do saldo de caixa e equivalentes de caixa, na data de medição do *covenant*.

⁽²⁾ EBITDA é a sigla em inglês para *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*, equivalente ao lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia atendeu integralmente às cláusulas contratuais restritivas vinculadas ao CRA, avaliadas trimestralmente.

9. Caixa e equivalentes de caixa

9.1. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Disponibilidades	67	55	72	60
Bancos – depósitos à vista (a)	37.072	37.639	266.538	494.957
Bancos – aplicações financeiras (a)(b)	896.199	95.754	915.288	129.354
Letras Financeiras do Tesouro Nacional (a)(c)	-	782.912	-	782.912
	933.338	916.360	1.181.898	1.407.283

(a) A Companhia mantém suas operações e disponibilidades financeiras distribuídas em instituições financeiras com risco de crédito compatível com suas práticas e política de gestão de riscos, conforme classificação de *ratings* apresentada na nota explicativa nº 9.2.

(b) As aplicações financeiras são de liquidez diária, alocadas em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), cujo rendimento está atrelado ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(c) As Letras Financeiras do Tesouro Nacional possuem remuneração indexada à variação da Selic, com liquidez diária, com prazos de vencimento entre um e três anos.



9.2. Classificação de risco

Os saldos dos depósitos à vista e das aplicações financeiras, distribuídos pelo *rating*⁽¹⁾ de risco de crédito das instituições financeiras com as quais a Companhia mantém relacionamento, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
AAA	-	-	1.909	974
AA-	-	-	-	4.560
A+	370.479	38.157	602.728	491.273
A	-	-	-	1.536
BBB	-	-	-	24.267
BB+	562.789	-	577.187	-
BB	2	873.043	1	879.507
BB-	-	5.054	-	5.055
B+	-	50	-	50
B-	1	1	1	1
	933.271	916.305	1.181.826	1.407.223

⁽¹⁾ Classificação concedida pelas agências Fitch Ratings, Moodys e Standard & Poor's, em escala global.

10. Contas a receber de clientes

10.1. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Cientes:				
Mercado nacional	195.944	165.923	198.886	166.319
Mercado externo	98.232	64.301	1.366.725	985.602
Partes Relacionadas - nota 11.1	1.090.543	641.527	-	-
	1.384.719	871.751	1.565.611	1.151.921
Perdas de crédito esperadas	(2.000)	(3.440)	(3.984)	(18.152)
	1.382.719	868.311	1.561.627	1.133.769
Saldos por vencimento:				
A vencer	1.357.503	826.120	1.324.841	945.728
Vencido entre 1 e 30 dias	22.935	30.801	227.395	145.033
Vencido entre 31 e 60 dias	2.281	10.154	3.887	11.351
Vencido entre 61 e 90 dias	-	1.208	719	1.226
Acima de 90 dias	-	28	4.785	30.431
	1.382.719	868.311	1.561.627	1.133.769



10.2. Movimentação das perdas de crédito esperadas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo no início do exercício	(3.440)	(8.646)	(18.152)	(35.468)
Constituições	(1.591)	(3.247)	(4.598)	(19.944)
Reversões	2.277	3.450	19.270	13.907
Baixas	754	5.003	754	23.146
Varição cambial	-	-	(1.258)	207
Saldo no fim do exercício	(2.000)	(3.440)	(3.984)	(18.152)

11. Partes relacionadas

Todos os saldos das contas patrimoniais e as transações nas contas de resultado, decorrem de operações em condições e preços estabelecidos entre as partes e estão apresentados a seguir:

11.1. Saldos patrimoniais

	Modalidade	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Saldo com Controladores:					
Controladores	Dividendos mínimos obrigatórios	(274.487)	-	(274.487)	-
		(274.487)	-	(274.487)	-
Saldo com Controladas:					
Cellulose Eldorado Austria GmbH	Vendas de celulose	533.949	266.135	-	-
Eldorado USA, Inc.	Vendas de celulose	556.594	375.361	-	-
Eldorado Inti. Finance GmbH.	PPE (i)	(242.416)	(1.068.046)	-	-
Rishis Empreendimentos e Participações S.A.	Prestação de serviços	12.584	-	-	-
Eldorado Brasil Celulose Logística Ltda.	Mútuo (ii)	407.306	291.037	-	-
Eldorado Brasil Celulose Logística Ltda.	Prestação de serviços	-	31	-	-
Eldorado Brasil Celulose Logística Ltda.	Prestação de serviços	(11.858)	-	-	-
		1.256.159	(135.482)	-	-
Saldo com outras partes relacionadas:					
JBS	Diversos (iii)	(264)	(203)	(264)	(203)
Seara Alimentos	Consumíveis (iv)	(957)	(944)	(990)	(944)
		(1.221)	(1.147)	(1.254)	(1.147)
		980.451	(136.629)	(275.741)	(1.147)
Ativo:					
Contas a receber de clientes - nota 10.1		1.090.543	641.527	-	-
Adiantamento a fornecedores - nota 12		12.584	-	-	-
Empréstimos com partes relacionadas		407.306	291.037	-	-
Passivo:					
Fornecedores - nota 20		(13.079)	(1.147)	(1.254)	(1.147)
Dividendos mínimos obrigatórios - nota 24.5		(274.487)	-	(274.487)	-
Empréstimos com partes relacionadas		(242.416)	(1.068.046)	-	-
		980.451	(136.629)	(275.741)	(1.147)



11.2. Transações no exercício

	Modalidade	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Transações com controladas:					
Cellulose Eldorado Austria GmbH	Vendas de celulose	3.340.507	1.460.236	-	-
Eldorado USA, Inc.	Vendas de celulose	1.265.049	898.863	-	-
Eldorado Inti. Finance GmbH	PPE (i)	(37.362)	(52.282)	-	-
Rishis Empreendimentos e Participações S.A.	Prestação de serviços	(33.659)	(13.801)	-	-
Eldorado Brasil Celulose Logística Ltda.	Prestação de serviços	(74.832)	(19.392)	-	-
		4.459.703	2.273.624	-	-
Transações com outras partes relacionadas:					
JBS	Diversos (iii)	(2.660)	(2.994)	(2.660)	(2.994)
Seara Alimentos	Consumíveis (iv)	(249)	(988)	(282)	(988)
		(2.909)	(3.982)	(2.942)	(3.982)
Total do resultado líquido		4.456.794	2.269.642	(2.942)	(3.982)

- (i) Operação de financiamento à exportação concedida pela Eldorado Intl. Finance GmbH, com vencimento em junho de 2024, quando foi liquidada parcialmente, conforme divulgado na nota 11.4, e o valor residual prorrogado pelo prazo de 2 (dois) anos, com vencimento em junho de 2026, remunerado à taxa de mercado, acrescido de variação cambial;
- (ii) Contrato de mútuo com a subsidiária Eldorado Brasil Celulose Logística Ltda., com prazo de 5 (cinco) anos e vencimento em novembro de 2026;
- (iii) Valores a pagar sobre transações diversas, incluindo frete no transporte de celulose, aquisição de consumíveis e aluguel de *data center*;
- (iv) Valores a pagar decorrentes da aquisição de consumíveis para utilização no refeitório da Eldorado.

11.3. Movimentação de empréstimos com partes relacionadas – Eldorado Brasil Celulose Logística Ltda.

	Controladora	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	291.037	160.110
Valor concedido	88.000	157.000
Valor justo	28.269	(26.073)
Saldo no fim do exercício	407.306	291.037

11.4. Movimentação de empréstimos com partes relacionadas – Eldorado. Intl. Finance GmbH

	Controladora	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	1.068.046	1.151.085
Juros incorridos	37.363	52.284
Liquidação do principal	(996.046)	-
Liquidação de juros	(41.243)	(51.554)
Variação cambial	174.296	(83.769)
Saldo no fim do exercício	242.416	1.068.046
Circulante	916	1.068.046
Não Circulante	241.500	-
	242.416	1.068.046



11.5. Remuneração dos dirigentes

A remuneração global dos Administradores, incluindo os conselhos de Administração, Fiscal e Diretoria Executiva, foi aprovada por maioria de votos no âmbito do Conselho de Administração e da Assembleia Geral da Companhia em 30 de abril de 2024, em cumprimento ao previsto no Estatuto Social, no acordo de acionistas e na Lei nº 6.404/1976 para a matéria. Os valores reconhecidos no resultado do exercício são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Benefícios (a)	44.981	42.337	52.267	48.580
Previdência privada	545	523	635	596
	45.526	42.860	52.902	49.176

(a) Os benefícios incluem remuneração fixa (salários, férias e 13º salário), contribuições previdenciárias, contribuição ao fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), remunerações variáveis e outros.

12. Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Adiantamentos a parceiros (a)	553.898	395.627	553.898	395.627
Adiantamentos de compra de madeira	4.579	60.869	4.579	60.869
Adiantamentos serviços e materiais diversos	2.206	4.719	12.997	6.035
Adiantamentos a partes relacionadas - nota 11	12.584	-	-	-
	573.267	461.215	571.474	462.533
Ativo circulante	19.368	65.588	17.575	66.906
Ativo não circulante	553.899	395.627	553.899	395.627
	573.267	461.215	571.474	462.533

(a) Referem-se a adiantamentos efetuados a parceiros, em conformidade com contratos de compra para entrega futura, cuja exigibilidade ocorrerá quando ocorrer o recebimento físico da madeira.

13. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Almoxarifados (i)	260.876	238.700	261.278	239.080
Celulose	85.285	56.665	274.918	177.341
Madeira para produção	176.091	221.988	176.091	221.988
Insumos industriais e florestais (i)	131.696	109.739	131.696	109.738
	653.948	627.092	843.983	748.147

(i) Saldos líquidos de perdas estimadas de R\$ 3.774 (R\$ 3.958 em dezembro de 2023) decorrentes de materiais obsoletos e com baixa movimentação.



14. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ICMS a recuperar	981.506	1.002.830	981.506	1.002.830
Perdas de créditos de ICMS (i)	(981.506)	(1.002.830)	(981.506)	(1.002.830)
PIS e COFINS	34.893	7.044	34.975	7.504
Ressarcimento de PIS e COFINS exportação – reintegra	18.660	15.144	18.660	15.144
Antecipações/retenções de IRPJ / CSLL	1.415	71.555	1.685	72.244
Outros	2.053	2.211	4.038	5.414
	57.021	95.954	59.358	100.306
Circulante	41.666	80.382	43.688	84.347
Não Circulante	15.355	15.572	15.670	15.959
	57.021	95.954	59.358	100.306

(i) Perdas estimadas com créditos de ICMS

Em 18 de novembro de 2021, a Companhia foi notificada pela Secretaria de Estado de Fazenda do Mato Grosso do Sul (MS) para proceder o estorno, nos registros fiscais pertinentes, de créditos acumulados de ICMS, no montante de R\$ 505.054, sob a alegação de que haviam sido atingidos pela decadência, conforme disposto no artigo 68 da Lei (estadual) nº 1.810 (1997).

A Companhia, devidamente amparada por seus assessores jurídicos, tomou as medidas necessárias para assegurar o direito de manter tais créditos, além de obter liminar de segurança que impede a lavratura de auto de infração pelo não cumprimento da notificação.

Em função das novas circunstâncias trazidas pela notificação das autoridades fiscais do Estado do Mato Grosso do Sul (MS), considerando que: (a) a realização dos créditos depende de prévia autorização das autoridades fiscais; (b) a autorização fiscal deve ser concomitante com o vencimento dos débitos tributários contra os quais os créditos serão compensados; (c) não é provável que os créditos de ICMS tenham sua compensação permitida pelas autoridades fiscais enquanto estiverem “sub judice”; e, (d) não é possível prever o período de tempo da discussão judicial sobre o tema; a Companhia entendeu que não seria mais possível assegurar a obtenção da autorização do Estado para compensar e/ou transferir os créditos de ICMS nos prazos previstos no plano de monetização, e determinou que o valor recuperável dos créditos tributários de ICMS em 31 de dezembro de 2021, seja pelo valor em uso ou pelo valor justo, era igual a zero, constituindo, naquela data, uma provisão para perdas equivalente ao valor integral dos créditos.

O montante de créditos de ICMS consumidos no curso normal dos negócios da Companhia no exercício de 31 de dezembro de 2024 (nota explicativa nº 28 – Outras receitas (despesas) operacionais), foi de R\$ 21.324, e corresponde ao montante revertido das perdas estimadas com créditos de ICMS.



15. Ativos biológicos

A movimentação dos ativos biológicos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	4.748.287	3.802.426
Custo aplicado na formação das florestas	707.796	702.224
Exaustão das florestas formadas:	(389.701)	(310.832)
Exaustão dos custos	(208.062)	(158.709)
Exaustão do ajuste a valor justo	(181.639)	(152.123)
Outras baixas	(49.853)	(40.101)
Ajuste de valor justo, líquido das despesas de vendas	44.051	594.570
Saldo no fim do exercício	5.060.580	4.748.287

A Companhia, para reconhecer seus ativos biológicos a valor justo, utilizou o método do Fluxo de Caixa Descontado (DCF – *Discounted Cash Flow*), para estimar o valor presente dos fluxos de caixa esperados do ativo biológico. As mensurações de valor justo foram categorizadas como valores justos de nível 3.

O volume de produção de madeira considera, além das restrições operacionais e da demanda anual do mercado, a produtividade florestal medida pelo Incremento Médio Anual (IMA), expresso em metros cúbicos por hectare/ano. Os preços de madeira em pé (*Eucalyptus*), designados em R\$/metro cúbico, correspondem a média dos preços praticados em transações comerciais de madeira no mercado do Mato Grosso do Sul, e são determinados por especialista de mercado que considera uma conjunção de fatores externos como a demanda da região, eventos climáticos e preços praticados em mercado ativo.

Os custos consideram todos os gastos relevantes, entre eles os custos de arrendamento, cultivo e manutenção. Os custos de manuseio das culturas contemplam gastos com a adubação, controle de plantas daninhas, combate a formigas e outras pragas, manutenção de estradas e aceiros, e outros serviços necessários à manutenção das florestas plantadas.

Dentre as premissas utilizadas no cálculo, destaca-se os preços da madeira, a taxa de desconto do fluxo de caixa descontado e o *Tax Amortization Benefit* (TAB). A taxa de desconto corresponde ao custo médio ponderado de capital da Companhia.

Aumentos (reduções) significativos nos preços de madeira em pé utilizados na avaliação, resultariam em acréscimo (decrécimo) na mensuração do valor justo dos ativos biológicos. Por outro lado, uma elevação (redução) significativa da taxa de desconto, acarretaria em decréscimo (acrécimo) dos valores mensurados.

As florestas que compõem o ativo biológico estão sujeitas a riscos operacionais e ambientais, como incêndios, pragas, doenças e variações climáticas, as quais podem afetar o equilíbrio dos ecossistemas e consequentemente a produtividade dos plantios.



As principais premissas consideradas na estimativa do valor justo dos ativos biológicos foram:

	2024	2023
Área plantada para efeito do ativo biológico (hectare)	270.786	266.939
Incremento médio anual (IMA) – m ³ / hectare ⁽ⁱ⁾	40,59	40,96
Taxa de desconto (WACC sem índice de preços ao consumidor) - %	7,33	8,02
Preço da madeira em pé – R\$/m ³	148,00	148,00

⁽ⁱ⁾ Refere-se ao IMA 6, relativo à idade/corte considerando seis anos.

	2024	2023
Preço	-	778.052
Crescimento, WACC, IMA e outros*.	44.051	(183.482)
	44.051	594.570

*Corresponde aos ajustes decorrentes do plano de colheita, alteração de custos, entre outros.

16. Investimentos

16.1. Composição dos investimentos e informações das controladas

	Participação percentual	Total de ativos	Capital Social	Patrimônio líquido	Receita líquida
Cellulose Eldorado Austria GmbH	100%	1.692.202	111	729.520	4.973.483
Eldorado Brasil Celulose Logística Ltda.	100%	778.016	154.888	215.585	71.638
Rishis Empreendimentos e Participações S.A.	100%	19.571	5.325	5.534	49.154

16.2. Movimentação dos investimentos

	Cellulose Eldorado Austria GmbH	Eldorado Brasil Celulose Logística Ltda.	Rishis Empreend. e Participações S.A.	Rishis Empreend. e Participações S.A. mais valia	Total dos investimentos em controladas
Saldo em 01 de janeiro de 2023	3.118.783	179.651	90.304	8.157	3.396.895
Baixa por amortização da mais valia (i)	-	-	-	(954)	(954)
Dividendos (ii)	(2.716.371)	-	-	-	(2.716.371)
Cisão parcial (iii)	-	84.888	(84.888)	-	-
Valor justo do mútuo Intercompanhia (iv)	-	26.081	-	-	26.081
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.593.076	(53.943)	(1.282)	-	1.537.851
Ajuste acumulado de conversão	(137.522)	-	-	-	(137.522)
Lucros não realizados nos estoques	2.762	-	-	-	2.762
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.860.728	236.677	4.134	7.203	2.108.742
Baixa por amortização da mais valia (i)	-	-	-	(278)	(278)
Dividendos (ii)	(1.471.074)	-	-	-	(1.471.074)
Valor justo do mútuo Intercompanhia (iv)	-	(28.269)	-	-	(28.269)
Lucro líquido do exercício	129.522	7.177	1.400	-	138.099
Ajuste acumulado de conversão	414.646	-	-	-	414.646
Lucros não realizados nos estoques	(204.302)	-	-	-	(204.302)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	729.520	215.585	5.534	6.925	957.564

(i) Mais valia decorrente do direito de uso de área na zona portuária, a qual está sendo amortizada pelo tempo de contrato, vigente até 5 de novembro de 2049.



- (ii) Dividendos pagos pela controlada Cellulose Eldorado Austria Gmbh para a controladora.
- (iii) Em 30 de junho de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária da Rishis Empreendimentos e Participações S.A aprovou a cisão parcial com versão do patrimônio equivalente às operações portuárias, no montante de R\$ 84.888, correspondente ao acervo líquido incorporado pela Eldorado Brasil Celulose Logística Ltda.
- (iv) O montante é relativo à variação entre o valor nominal e o valor presente do contrato de mútuo, calculado na data do reconhecimento inicial e ajustado para dezembro de 2024.

17. Imobilizado

17.1. Composição e movimentação do ativo imobilizado

	Obras em andamento de Equipamentos e informática	Veículos e embarcações	Máquinas e equipamentos	Prédios e instalações	Outros	Total
Controladora:						
Saldo em 01 de janeiro de 2023	353.415	44.579	101.556	2.944.208	1.304.866	4.869.614
Adições	443.855	95	67.008	606	-	511.678
Baixas	-	(12)	(3.241)	(2.299)	-	(5.568)
Transferências	(456.729)	26.860	15.204	339.805	50.381	(9.401)
Depreciação	-	(11.354)	(40.763)	(266.001)	(61.238)	(383.174)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	340.541	60.168	139.764	3.016.319	1.294.009	4.983.149
Custo	340.541	109.655	302.056	4.803.688	1.844.833	7.556.236
Depreciação acumulada	-	(49.487)	(162.292)	(1.787.369)	(550.824)	(2.573.087)
Adições	513.148	389	4.966	14.026	-	533.398
Baixas	-	(130)	(432)	(10.461)	-	(11.144)
Transferências	(419.118)	(9.338)	17.379	290.479	89.510	(26.482)
Depreciação	-	(13.300)	(51.854)	(285.337)	(68.116)	(423.842)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	434.571	37.789	109.823	3.025.026	1.315.403	5.055.079
Custo	434.571	100.436	312.687	5.053.943	1.934.346	7.996.440
Depreciação acumulada	-	(62.647)	(202.864)	(2.028.917)	(618.943)	(2.941.361)
Consolidado:						
Saldo em 01 de janeiro de 2023	373.260	45.041	101.556	2.947.408	1.305.800	4.894.360
Adições	459.385	199	69.517	606	2	530.554
Baixas	-	(12)	(3.241)	(3.298)	(888)	(11.867)
Transferências	(492.104)	33.214	15.204	394.612	327.933	(23.102)
Variação cambial	-	(67)	-	-	(2)	(90)
Depreciação	-	(11.621)	(41.465)	(267.117)	(65.262)	(389.349)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	340.541	66.754	141.571	3.072.211	1.567.583	5.323.027
Custo	340.541	118.438	304.565	4.862.351	2.122.604	7.906.667
Depreciação acumulada	-	(51.684)	(162.994)	(1.790.140)	(555.021)	(2.583.640)
Adições	513.393	489	4.966	16.024	-	535.754
Baixas	-	(130)	(432)	(10.461)	-	(11.144)
Transferências	(419.355)	(8.320)	17.379	292.680	89.510	(23.102)
Variação cambial	-	61	-	-	-	212
Depreciação	-	(13.827)	(53.058)	(288.077)	(79.935)	(440.406)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	434.579	45.027	110.426	3.082.377	1.577.158	5.384.341
Custo	434.579	109.652	315.196	5.114.950	2.211.890	8.349.626
Depreciação acumulada	-	(64.625)	(204.770)	(2.032.573)	(634.732)	(2.965.285)



17.2. Obras em andamento

As obras em andamento referem-se principalmente às melhorias estruturais na fábrica de celulose e seu entorno, bem como aos gastos com a engenharia básica, licenciamento ambiental e obras de infraestrutura para a construção da nova linha de produção de celulose, o "Projeto Eldorado 5.0".

17.3. Perda por redução ao valor recuperável

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não há indicação que um ativo, ou grupo de ativos, possa ter sofrido desvalorização.

17.4. Parada geral

A parada geral para manutenção da fábrica, realizada em julho de 2024, totalizou o montante de R\$108.315, o qual está sendo depreciado pelo prazo de 14 meses, contado a partir da data de capitalização.

17.5. Transferências

O saldo das transferências são provenientes (destinadas) de/para obras em andamento no ativo intangível - nota 18.

18. Intangível

18.1. Composição e movimentação do ativo intangível

	Controladora				Consolidado	
	Software de informática	Obras em andamento	Mais valia pelo direito de uso da concessão portuária	Software de informática	Concessão de terminal	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2023	29.901	247.350	8.157	29.919	38.766	324.192
Adições	-	150.399	-	-	-	150.399
Baixas	-	-	-	-	(35.617)	(35.617)
Transferências	9.401	(313.549)	-	14.059	71	(299.419)
Amortizações	(8.918)	-	(954)	(8.983)	(3.220)	(13.157)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	30.384	84.200	7.203	34.995	-	126.398
Custo	70.600	84.200	17.002	76.025	55.092	232.319
Amortização acumulada	(40.216)	-	(9.799)	(41.030)	(55.092)	(105.921)
Adições	-	62.171	-	-	-	62.171
Transferências	26.482	(3.394)	-	26.496	-	23.102
Amortizações	(14.129)	-	(278)	(14.314)	-	(14.592)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	42.737	142.977	6.925	47.177	-	197.079
Custo	97.082	142.977	17.002	101.769	-	261.748
Amortização acumulada	(54.345)	-	(10.077)	(54.592)	-	(64.669)

As adições em obras em andamento estão relacionadas aos investimentos na construção no entorno do terminal portuário de Santos.



19. Direitos de uso e arrendamentos a pagar

19.1. Composição dos direitos de uso

	Terras e terrenos	Prédios e edificações	Veículos	Máquinas, equipamentos e implementos florestais	Instalações e Benfeitorias (i)	Total
Controladora						
Saldo em 01 de janeiro de 2023	923.330	813	26.608	1.319	-	952.070
Adições e reajuste de parcelas	709.060	-	10.770	-	-	719.830
Baixa ou encerramento	(64.896)	(24)	(8.443)	(532)	-	(73.895)
Depreciação	(180.970)	(789)	(14.147)	(1)	-	(195.907)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.386.524	-	14.788	786	-	1.402.098
Custo	1.939.457	4.591	44.123	5.647	-	1.993.818
Depreciação acumulada	(552.933)	(4.591)	(29.335)	(4.861)	-	(591.720)
Adições e reajuste de parcelas	286.792	1.498	-	-	-	288.290
Baixa ou encerramento	(28.221)	(959)	-	(786)	-	(29.966)
Depreciação	(190.893)	(539)	(8.297)	-	-	(199.729)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.454.202	-	6.491	-	-	1.460.693
Custo	2.154.155	-	44.123	-	-	2.198.278
Depreciação acumulada	(699.953)	-	(37.632)	-	-	(737.585)
Consolidado						
Saldo em 01 de janeiro de 2023	923.330	13.346	26.625	1.319	265.692	1.230.312
Adições e reajuste de parcelas	709.060	-	10.800	-	8.422	728.282
Baixa ou encerramento	(64.896)	(12.343)	(8.443)	(532)	-	(86.214)
Variação cambial	-	-	(11)	-	-	(11)
Depreciação	(180.970)	(961)	(14.183)	(1)	(4.269)	(200.384)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.386.524	42	14.788	786	269.845	1.671.985
Custo	1.939.457	5.788	44.348	5.647	274.116	2.269.356
Depreciação acumulada	(552.933)	(5.746)	(29.560)	(4.861)	(4.271)	(597.371)
Adições e reajuste de parcelas	286.792	3.179	-	-	20.651	310.622
Baixa ou encerramento	(28.221)	(1.001)	-	(786)	-	(30.008)
Variação cambial	-	370	-	-	-	370
Depreciação	(190.893)	(833)	(8.297)	-	(11.069)	(211.092)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.454.202	1.757	6.491	-	279.427	1.741.877
Custo	2.154.155	2.087	44.123	-	295.678	2.496.043
Depreciação acumulada	(699.953)	(330)	(37.632)	-	(16.251)	(754.166)

Do total das depreciações do exercício na controladora e consolidado, o montante de R\$ 106.806 foi considerado como custo aplicado na formação das florestas no ativo biológico (nota explicativa nº 15), R\$ 84.281 como adiantamento a fornecedores, R\$ 8.163 como custo aplicado aos estoques (nota explicativa nº 13), e R\$ 479 na controladora e R\$ 11.842 no consolidado, foram reconhecidos no resultado do exercício.

(i) Os valores de Instalações e Benfeitorias referem-se aos pagamentos do contrato de arrendamento portuário e à movimentação mínima contratual – MMC.



19.2. Movimentação dos arrendamentos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo no início do exercício	1.575.612	1.068.563	1.735.695	1.253.990
Adições e reajustes de parcelas (i)	288.290	719.830	310.622	728.282
Pagamentos	(347.527)	(300.152)	(400.961)	(349.347)
Juros financeiros (ii)	193.400	169.910	206.621	198.343
Baixa ou encerramento	(33.790)	(82.539)	(33.790)	(95.570)
Variação cambial	-	-	367	(3)
Saldo no fim do exercício	1.675.985	1.575.612	1.818.554	1.735.695
Circulante	165.463	146.141	228.451	191.174
Não circulante	1.510.522	1.429.471	1.590.103	1.544.521
	1.675.985	1.575.612	1.818.554	1.735.695

(i) Referem-se às adições de novos contratos, mudanças de preços (indexados pelo IPCA e CEPEA) e/ou alteração de prazos nos contratos existentes.

(ii) Do total dos juros financeiros do exercício, na controladora e no consolidado, o montante de R\$ 91.173 foi considerado como custo aplicado na formação das florestas no ativo biológico (nota explicativa nº 15), R\$ 100.470 como adiantamento a fornecedores (contratos de parceria), R\$ 1.653 como estoques. Adicionalmente R\$ 104 na controladora e R\$ 13.325 no consolidado, foram reconhecidos no resultado do exercício.

O cronograma de desembolsos futuros dos arrendamentos, não descontados a valor presente, estão divulgados na nota explicativa nº 8.3 c.

19.3. Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar

Os arrendamentos a pagar foram calculados pelo valor bruto, que não considera a dedução dos créditos de PIS e COFINS a recuperar embutidos na contraprestação dos arrendamentos. O quadro a seguir demonstra esse direito potencial:

	Controladora		Consolidado	
	Valor nominal	Ajustado a valor presente	Valor nominal	Ajustado a valor presente
Valores em 31 de dezembro de 2023				
Contraprestação dos arrendamentos a pagar	3.170.648	1.575.612	3.351.894	1.735.695
PIS/COFINS potencial incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas	186.395	92.818	194.732	96.218
Valores em 31 de dezembro de 2024				
Contraprestação dos arrendamentos a pagar	3.612.460	1.675.985	3.839.320	1.818.554
PIS/COFINS potencial incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas	208.557	102.368	220.003	107.134



20. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Em moeda nacional:				
Terceiros (i)	253.265	339.254	295.821	366.272
Partes relacionadas - nota 11.1	13.079	1.147	1.254	1.147
	266.344	340.401	297.075	367.419
Em moeda estrangeira:				
Terceiros	8.665	10.092	12.310	22.379
	275.009	350.493	309.385	389.798

(i) O saldo de 31 de dezembro de 2024 considera o montante de R\$ 10.476 de operações de risco sacado, antecipados pelos fornecedores junto às instituições financeiras, na controladora e no consolidado (R\$ 24.552 em 31 de dezembro de 2023). Essas operações não apresentaram modificações relevantes nas condições de compras (prazo, fluxo de pagamentos e preços negociados) em relação às condições usualmente praticadas pela Companhia.

21. Empréstimos e financiamentos

21.1. Composição dos empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Vencimento	Controladora e Consolidado	
			2024	2023
Em moeda estrangeira:				
ACC (i)	SOFR + spread / pré fixado	ago/25 a set/26	537.861	333.559
PPE (ii)	SOFR + spread / % CDI	jul/25 a set/26	892.783	744.874
NCE (iii)	-	fev/24	-	96.826
CCB (vi)	pré-fixado - 4,50% a.a.	abr/26	94.712	-
			1.525.356	1.175.259
Em moeda nacional:				
PPE (ii)	% CDI	jul/25 a set/26	14.593	31.193
NCE (iii)	CDI + spread	out/25	-	117.299
CRA (iv)	IPCA + 7,1945% a.a.	set/26 a set/27	608.123	577.549
Debêntures (v)	CDI + 3,00% a.a.	set/24	-	721.673
			622.716	1.447.714
			2.148.072	2.622.973
Circulante			575.948	1.188.827
Não circulante			1.572.124	1.434.146
			2.148.072	2.622.973

21.2. Cronograma do vencimento do não circulante

O cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024 é o seguinte:

	2026	2027	Total
	1.274.215	297.909	1.572.124



21.3. Movimentação de empréstimos e financiamentos

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	2.622.973	4.330.365
Captações	465.822	1.029.570
Juros incorridos	253.499	372.119
Liquidação do principal	(1.221.348)	(2.567.637)
Liquidação de juros	(269.933)	(347.741)
Variação cambial	297.059	(193.703)
Saldo no fim do exercício	2.148.072	2.622.973

Os pagamentos de juros estão apresentados como fluxo de atividades de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa, por se tratarem de custos diretamente relacionados aos empréstimos e financiamentos.

21.4. Linhas de crédito

A Companhia utiliza linhas de *trade finance* e empréstimos bilaterais com bancos para eventual necessidade de capital de giro e investimentos.

Abaixo estão as linhas de crédito contratadas atualmente:

- (i) Financiamento do capital de giro por meio de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACCs);
- (ii) Pré-pagamento à exportação (PPE), com vencimento até 2026. As operações são corrigidas pela SOFR, acrescido de *spread*, no caso dos financiamentos em moeda estrangeira, e percentual do CDI, no caso dos financiamentos em moeda nacional;
- (iii) Notas de Crédito à Exportação (NCE), com vencimento em 2025, indexadas ao CDI. Os títulos foram liquidados antecipadamente em outubro de 2024;
- (iv) Debêntures simples, não conversíveis, vinculadas a Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA, no montante de R\$ 500.000, com vencimento em setembro de 2027 e indexadas ao IPCA acrescido de *spread*;
- (v) Debêntures simples, não conversíveis, no montante de R\$ 700.000, com vencimento em setembro de 2024, indexadas ao CDI acrescido de *spread*. Os títulos foram liquidados no vencimento.
- (vi) Cédula de Crédito Bancário (CCB), emitida em moeda chinesa, no montante de ¥ 108.069 (equivalentes a R\$ 75.000), com taxa de juros pré-fixada e vencimento em 2026.

21.5. Garantias dos empréstimos

Os contratos de empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não possuem cláusulas de garantia.



22. Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

22.1. Reconciliação das taxas efetivas de impostos:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro antes dos impostos	1.534.779	2.802.509	1.557.761	2.867.041
Imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal de 34%	(521.825)	(952.853)	(529.639)	(974.794)
Reconciliação para a despesa efetiva:				
Equivalência patrimonial	46.954	523.808	-	-
Ressarcimento de PIS e COFINS exportação – reintegra	1.708	894	1.708	894
Constituição (reversão) de perdas de créditos de ICMS	7.250	(173)	7.250	(173)
Diferença de base tributária e alíquotas nominais de controladas no exterior	-	-	61.688	499.994
Baixas de ativos	-	-	-	(14.295)
Outros	26.642	(26.990)	(3.260)	(31.472)
Imposto de renda e Contribuição Social - corrente e diferido	(439.271)	(455.314)	(462.253)	(519.846)
Corrente	(228.562)	(85.825)	(261.197)	(150.357)
Diferido	(210.709)	(369.489)	(201.056)	(369.489)
Imposto de renda e Contribuição Social - corrente e diferido	(439.271)	(455.314)	(462.253)	(519.846)
Taxa efetiva	28,6%	16,2%	29,7%	18,1%

22.2. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2023	Adições (exclusões) tributárias	Saldo em 31/12/2023	Adições (exclusões) tributárias	Saldo em 31/12/2024
Prejuízo fiscal (i)	578.259	(39.616)	538.643	(110.910)	427.733
Diferenças temporárias ativas:					
Variação cambial a realizar	172.539	(133.472)	39.067	42.449	81.516
Provisões não dedutíveis	29.802	13.104	42.856	22.386	65.292
Lucro não realizado	39.883	(939)	38.994	69.463	108.407
Indébitos tributários – IRPJ/CSLL sobre Selic	4.794	-	4.794	-	4.794
	825.277	(160.923)	664.354	23.388	687.742
Diferenças temporárias passivas:					
Valor justo do ativo biológico	(136.646)	(160.928)	(297.574)	48.363	(249.211)
Instrumentos financeiros derivativos	(71.501)	(37.734)	(109.236)	89.515	(19.721)
Depreciação acelerada incentivada	(875.742)	(38.092)	(913.833)	(53.602)	(967.435)
Arrendamento	-	-	-	(255.460)	(255.460)
	(1.083.889)	(236.754)	(1.320.643)	(171.184)	(1.491.827)
Diferido passivo não circulante	(258.612)	(397.677)	(656.289)	(147.796)	(804.085)

(i) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 1.258.038 (R\$ 1.584.244 em 31 de dezembro de 2023).



Consolidado

	Saldo em 01/01/2023	Adições (exclusões) tributárias	Saldo em 31/12/2023	Adições (exclusões) tributárias	Saldo em 31/12/2024
Prejuízo fiscal (i)	578.259	(39.616)	538.643	(97.000)	441.643
Diferenças temporárias ativas:					
Varição cambial a realizar	172.539	(133.472)	39.067	42.449	81.516
Provisões não dedutíveis	69.685	12.165	81.850	98.263	180.113
Indébitos tributários – IRPJ/CSLL sobre Selic	4.794	-	4.794	-	4.794
	825.277	(160.923)	664.354	43.712	708.066
Diferenças temporárias passivas:					
Valor justo do ativo biológico	(136.646)	(160.928)	(297.574)	48.363	(249.211)
Instrumentos financeiros derivativos	(71.501)	(37.734)	(109.236)	89.515	(19.721)
Depreciação acelerada incentivada	(875.742)	(38.092)	(913.833)	(53.602)	(967.435)
Arrendamento	-	-	-	(265.935)	(265.935)
	(1.083.889)	(236.754)	(1.320.643)	(181.659)	(1.502.302)
	(258.612)	(397.677)	(656.289)	(137.947)	(794.236)
Diferido ativo não circulante	-	-	-	9.849	9.849
Diferido passivo não circulante	(258.612)	(397.677)	(656.289)	(147.796)	(804.085)
	(258.612)	(397.677)	(656.289)	(137.947)	(794.236)

(i) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 1.298.950 (R\$ 1.584.244 em 31 de dezembro de 2023).



23. Provisão para riscos processuais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza ambiental, cível, tributária e trabalhista, para as quais a Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais, avalia a expectativa do desfecho visando determinar o risco de perda, o qual se reflete na constituição da provisão para contingências, que apresentou a seguinte movimentação no exercício:

	Ambientais	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Total
Controladora					
Saldo em 01 de janeiro de 2023	367	1.628	-	28.697	30.692
Adições	9.252	401	4.459	15.681	29.793
Pagamentos	-	(50)	-	(17.089)	(17.139)
Reversões	-	-	(4.459)	(175)	(4.634)
Atualizações	270	366	-	2.857	3.493
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.889	2.345	-	29.971	42.205
Adições	-	2.559	-	11.570	14.129
Pagamentos	-	(4.087)	-	(20.977)	(25.064)
Reversões	-	(385)	-	(4.899)	(5.284)
Atualizações	1.357	113	-	4.249	5.719
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.246	545	-	19.914	31.705
Consolidado					
Saldo em 01 de janeiro de 2023	367	1.628	-	29.145	31.140
Adições	9.252	401	4.459	15.720	29.832
Pagamentos	-	(50)	-	(17.615)	(17.665)
Reversões	-	-	(4.459)	(175)	(4.634)
Atualizações	270	366	-	2.935	3.571
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.889	2.345	-	30.010	42.244
Adições	-	2.559	-	11.606	14.165
Pagamentos	-	(4.087)	-	(21.053)	(25.140)
Reversões	-	(385)	-	(4.894)	(5.279)
Atualizações	1.357	113	-	4.257	5.727
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.246	545	-	19.926	31.717

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta as seguintes contingências, cujas expectativas de perda, avaliadas pela Administração e respaldadas pelos assessores jurídicos, estão classificadas como possível, não sendo, conseqüentemente, provisionadas:

Possíveis	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ambientais	391	201	391	201
Cíveis	15.055	21.888	15.183	21.888
Trabalhistas	20.714	29.951	20.851	30.092
Tributárias	495.568	472.219	495.568	472.219
Administrativas	266	110	266	110
	531.994	524.369	532.259	524.510

Em 28 de junho de 2023, foi lavrado auto de infração pela Receita Federal do Brasil, sob a alegação de que a Companhia teria deixado de recolher Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, calculados sobre os lucros auferidos nos anos calendário de 2018 e 2019 por suas controladas na Áustria e na China. O crédito tributário lançado, considerando os acréscimos legais, foi de R\$ 489.197 e,



na opinião dos assessores legais e da Administração, os riscos de perda de acordo com a natureza do assunto em curso são classificados como possíveis.

24. Patrimônio líquido

24.1. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 1.788.792, sendo composto por 1.525.558.419 ações ordinárias.

A composição acionária da Companhia é de 50,59% de participação acionária da J&F e de 49,41% de participação da CA Investment, únicos acionistas da Eldorado.

24.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

24.3. Reserva de incentivos fiscais

As reservas de incentivos fiscais estão vinculadas às subvenções para investimentos concedidas pelo Governo do Mato Grosso do Sul, como contrapartida à implantação e manutenção da unidade industrial na cidade de Três Lagoas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reverteu o montante de R\$ 2.438 do saldo da reserva.

24.4. Reserva para expansão

Nos termos do estatuto social, a totalidade do lucro líquido que remanescer após a constituição da reserva legal, reserva de incentivos fiscais e da destinação para os dividendos mínimos obrigatórios será destinada à formação de reserva para expansão, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social subscrito.

24.5. Dividendos mínimos obrigatórios

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e o Estatuto Social da Companhia, o saldo do lucro líquido remanescente após a compensação de prejuízos acumulados e das destinações para a reserva legal, reserva de contingências e reserva de incentivos fiscais, são destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, que não serão inferiores, em cada exercício social, a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei nº 6.404/1976, salvo se aprovada a retenção pela totalidade das acionistas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, com base na Lei nº 6.404/1976 e no Estatuto Social da Companhia, o montante apurado de dividendos mínimos obrigatórios foi de:

	Controladora e Consolidado	
	Participação Societária	31/12/2024
J&F Investimentos S.A	50,59%	138.863
CA Investment (Brazil) S.A	49,41%	135.624
Total	100,00%	274.487



24.5.1. Dividendos pagos

A Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2024, decidiu pela distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023, no valor de R\$ 560.524, sendo liquidado em 4 de outubro de 2024.

24.6. Retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, em consonância com o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, a Administração propôs a retenção do lucro líquido remanescente após a destinação para a reserva legal e reserva de incentivos fiscais, visando a aplicação em projetos de investimento de capital.

24.7. Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão, que representam as diferenças de conversão das informações financeiras das controladas no exterior para a moeda funcional da Companhia, foram aumentados em R\$ 414.646 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (diminuídos em R\$ 137.522 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

24.8. Resultado por ação - básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído foi baseado no lucro atribuível aos acionistas ordinários, dividido pela média ponderada das ações ordinárias em circulação:

	Consolidado	
	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.095.508	2.347.195
Total de ações do exercício	1.525.558	1.525.558
Lucro por ação básico e diluído	0,7181	1,5386

A Companhia não possui instrumentos financeiros que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

25. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Mercado interno	1.219.964	1.180.712	1.231.311	1.183.680
Mercado externo	5.016.245	2.682.100	7.243.906	6.311.871
Descontos e abatimentos	(13.612)	(15.181)	(1.864.669)	(1.516.794)
Receita bruta	6.222.597	3.847.631	6.610.548	5.978.757
Impostos sobre vendas	(231.533)	(220.337)	(237.178)	(222.612)
Receita líquida	5.991.064	3.627.294	6.373.370	5.756.145



26. Segmentos operacionais

26.1. Segmentos geográficos

A receita líquida consolidada, distribuída com base na localização geográfica dos clientes, está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Mercado interno	1.010.005	960.236
Ásia	2.514.984	2.157.685
América do Norte	1.476.015	1.244.280
Europa	805.648	860.038
América do Sul	328.398	285.900
Oriente Médio	214.219	224.825
África	24.101	23.181
Mercado externo	5.363.365	4.795.909
Receita líquida	6.373.370	5.756.145

26.2. Informação sobre os principais clientes

Nas vendas realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, dois clientes, individualmente, representavam mais de 10% da receita líquida da Companhia, e no exercício de 2023, um cliente, individualmente, representava mais de 10% da receita líquida da Companhia.

26.3. Informação sobre o total de ativos não circulantes

Os ativos não circulantes apresentam a seguinte segmentação geográfica:

	Consolidado	
	2024	2023
Brasil	13.003.868	12.458.251
Áustria	250	365
Estados Unidos	2.687	994
China	103	108
Total do ativo não circulante	13.006.908	12.459.718

27. Custos e despesas por categoria e natureza

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo dos produtos vendidos	(2.686.560)	(2.521.401)	(2.796.271)	(2.649.276)
Despesas administrativas e gerais	(430.283)	(362.214)	(471.539)	(389.362)
Despesas com vendas e logística	(320.497)	(278.186)	(636.665)	(670.036)
Total por categoria	(3.437.340)	(3.161.801)	(3.904.475)	(3.708.674)
Despesas com pessoal	(673.292)	(612.268)	(696.537)	(638.816)
Despesas com serviços, materiais e transportes	(976.776)	(956.610)	(1.418.339)	(1.404.197)
Depreciação, exaustão e amortização	(771.028)	(667.680)	(782.148)	(710.132)
Matéria-prima e consumíveis	(974.523)	(885.051)	(961.038)	(903.689)
Outros	(41.721)	(40.192)	(46.413)	(51.840)
Total por natureza	(3.437.340)	(3.161.801)	(3.904.475)	(3.708.674)



28. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Reversão (constituição) de perdas de créditos de ICMS - nota 14	21.324	(508)	21.324	(508)
Indenizações	(25.065)	(66.146)	(25.140)	(66.135)
Baixas de ativos fixos e biológico - nota 15, 17 e 18 ⁽¹⁾	(70.723)	(45.663)	(70.723)	(87.579)
ICMS não recuperável	(1.936)	(2.634)	(2.438)	(3.045)
Contingências processuais	10.500	(11.513)	10.527	(11.103)
Vendas de imobilizado e biológico	34.326	21.948	34.326	21.948
Depreciação e amortização	(279)	(954)	(279)	(954)
Outras	5.374	8.153	5.134	9.011
	(26.479)	(97.317)	(27.269)	(138.365)

(1) As baixas de ativos referem-se principalmente a baixa de ativos florestais no montante R\$ 49.853 (R\$ 40.101 em dezembro de 2023), decorrente de sinistros ambientais como incêndios e déficit hídrico

29. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Rendimento de aplicações financeiras	69.345	103.276	94.384	139.278
Juros ativos	895	1.430	891	1.429
Outras receitas financeiras	5.943	105	5.943	104
Receitas financeiras	76.183	104.811	101.218	140.811
Despesas bancárias	(148)	(1.714)	(285)	(1.871)
Juros passivos	(292.103)	(451.430)	(268.315)	(406.371)
Outras despesas financeiras	(20.860)	(17.950)	(31.856)	(27.930)
Despesas financeiras	(313.111)	(471.094)	(300.456)	(436.172)
Ganhos (Perdas) realizados	(476.718)	442.617	(476.718)	442.617
Ganhos (Perdas) a realizar	(47.279)	22.326	(47.279)	22.326
Instrumentos financeiros derivativos ⁽¹⁾	(523.997)	464.943	(523.997)	464.943
Empréstimos e financiamentos	(297.059)	193.703	(297.059)	193.703
Outros ativos e passivos	86.230	6.584	76.952	6.117
Variação cambial, líquida	(210.829)	200.287	(220.107)	199.820
Resultado financeiro líquido	(971.754)	298.947	(943.342)	369.402

(1) A variação do valor justo dos derivativos está relacionada com a desvalorização/valorização do real frente ao dólar norte-americano (USD) e com a variação entre os indexadores de correção dos contratos e a taxa pré-fixada em USD.



30. Contratos *take-or-pay*

30.1. Plantas químicas e ramal de distribuição de gás

A Companhia é parte integrante de contratos do tipo *take-or-pay* de duas plantas químicas e de um ramal de distribuição de gás, constituídos com o objetivo de suprir as necessidades de insumos para a produção de celulose.

O contrato da Planta de Dióxido de Cloro, com prazo de 15 (quinze) anos e vigente desde dezembro de 2012, tem preço composto pelos custos fixos e variáveis de produção, com cláusula de reajuste geralmente aplicável para este tipo de contratação.

O contrato da Planta de Oxigênio Gasoso, com prazo de 15 (quinze) anos e vigente desde outubro de 2012, é denominado em dólares norte-americanos e pago em parcelas fixas mensais, reajustadas pelo índice PPI – *Producer Price Index*, no primeiro dia de dezembro de cada ano.

O contrato de gás natural, com prazo de 12 (doze) anos e vigente desde maio de 2016, apresenta a seguinte composição no preço por metro cúbico do gás consumido:

- preço do gás natural, reajustado trimestralmente de acordo com as médias aritméticas das cotações diárias divulgadas na tabela *Spot Price Assessments* publicada no *Platt's Oilgram Price Report*;
- tarifa de transporte, reajustada em maio de cada ano, com base na variação do Índice Geral de Preços ao Mercado – IGPM;
- margem fixa da distribuidora, reajustada no primeiro dia de cada ano, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Em 31 de dezembro de 2024, os pagamentos mínimos futuros não canceláveis são os seguintes:

Ano	Controladora e Consolidado			
	2025	2026	2027	2028
Valores	122.624	122.624	118.990	50.274

Valores reconhecidos no resultado

Custo dos produtos vendidos	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
	245.590	240.279



31. Transações não caixa

Os contratos de arrendamento referem-se substancialmente ao direito de uso de terras para o plantio de florestas de eucalipto, cujas despesas relacionadas são capitalizadas durante o período de formação das florestas. A diferença entre a depreciação e as despesas com juros, em relação aos pagamentos do arrendamento, não tem efeito caixa, e é apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Adições e reajustes de parcelas	Depreciação direito de uso	Juros de arrendamento	Adições e reajustes de parcelas	Depreciação direito de uso	Juros de arrendamento
Estoques	-	8.163	1.653	-	8.163	1.653
Adiantamentos a fornecedores	-	84.281	100.470	-	84.281	100.470
Ativos biológicos	-	106.806	91.173	-	106.806	91.173
Direitos de uso	288.290	(199.250)	-	310.622	(199.250)	-
Arrendamentos a pagar	(288.290)	-	(193.296)	(310.622)	-	(193.296)

32. Seguros

A Companhia mantém a política de contratação das seguintes coberturas de seguro:

- Riscos operacionais com limite máximo para indenização de US\$ 488 milhões, equivalente a R\$ 3.021 milhões em 31 de dezembro de 2024, e vigência até fevereiro de 2025;
- Cobertura securitária para responsabilidade civil com limite máximo indenizatório de US\$ 25 milhões, equivalente a R\$ 154 milhões em 31 de dezembro de 2024, e vigência até agosto de 2025;
- Transporte nacional com limite máximo para indenização de R\$ 60 milhões e internacional no montante de US\$ 15 milhões, equivalente a R\$ 92 milhões em 31 de dezembro de 2024, e vigência até novembro de 2025.

Além das coberturas mencionadas anteriormente, são mantidas apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores em montantes considerados adequados pela Administração.

A Administração da Companhia considera tais valores e coberturas securitárias, suficientes para cobrir possíveis riscos aos seus ativos industriais, lucros cessantes e responsabilidade civil.



33. Contrato de compra e venda de ações

Em 2 de setembro de 2017, a J&F Investimentos S.A. ("J&F") celebrou um contrato de compra e venda de ações para a alienação de até a totalidade de sua participação acionária, direta e indireta, na Companhia ("Contrato de Compra e Venda de Ações"), para a CA Investment (Brazil) S.A., sociedade do grupo Paper Excellence ("CA Investment").

O Contrato de Compra e Venda de Ações previa que a transferência do controle da Eldorado, da J&F à CA Investment, poderia ocorrer durante o prazo de até 12 meses, caso determinadas condições precedentes fossem cumpridas, o que não ocorreu.

As partes controvertem sobre as razões da não realização da transferência do controle da Eldorado, conforme previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações, tendo sido iniciada disputa judicial e arbitral no segundo semestre de 2018.

Em 3 de fevereiro de 2021, foi prolatada decisão no procedimento arbitral, conferindo à CA Investment o direito de realizar o fechamento da transação, desde que sejam efetivamente liberadas as garantias do vendedor e realizado o pagamento do preço.

Em 19 de março de 2021, a J&F ajuizou, em face da Companhia e da CA Investment, ação declaratória de nulidade de sentença arbitral, com pedido liminar para suspender parcialmente os efeitos da referida sentença arbitral.

Em 29 de julho de 2022, a Juíza de Direito da 2ª Vara Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem do Foro Central da Comarca de São Paulo – SP julgou improcedente o pedido formulado pela J&F e pela Eldorado para que fosse declarada a nulidade da sentença arbitral e de todos os atos realizados no procedimento arbitral. A Eldorado e a J&F interpuseram apelações contra essa sentença e aguardam a conclusão do seu julgamento.

Em 19 de maio de 2023, foi ajuizada pelo Sr. Luciano José Buligon ("Autor Popular") ação popular em face da Eldorado, da Paper Excellence BV, da CA Investment, da J&F, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e da União Federal, requerendo o reconhecimento da nulidade de pleno direito da transferência acionária das ações da Eldorado para a CA Investment, em razão do descumprimento do disposto nas Leis Federais nº 5.709/71 e 8.629/93, e no Decreto nº 74.965/74, com pedido de tutela de urgência.

Em 9 de abril de 2024, foi concluído o julgamento da tutela antecipada antecedente ao recurso de apelação interposto pelo Autor Popular, tendo a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região determinado, em confirmação a decisões anteriores de 3 de julho de 2023 e 17 de janeiro de 2024, e até o julgamento final da ação popular: (i) a suspensão dos atos de transferência das ações de emissão da Eldorado de propriedade da J&F em favor da CA Investment, abrangendo todo e qualquer contrato acessório ao negócio principal até que sejam apresentadas as permissões pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e pelo Congresso Nacional, conforme exigido pelas Leis nº 5.709/1971 e 8.629/1993; e (ii) a suspensão da Decisão A-14 emitida no Procedimento Arbitral CCI nº 23909/GSS/PFF, por meio da qual foi instituído o Órgão de Coordenação na Companhia, e dos instrumentos e atos correlatos à referida decisão. Também foram vedadas pela 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região diligências administrativas que indiretamente transfiram ou antecipem o poder de gestão da Eldorado à CA Investment.



Diretoria Estatutária

Carmine De Siervi Neto
Diretor Presidente

Germano Aguiar Vieira
Diretor Florestal

Carlos Roberto de Paiva Monteiro
Diretor Técnico Industrial

Rodrigo Libaber
Diretor Comercial

Fernando Storchi
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Conselho de Administração

Aguinaldo Gomes Ramos Filho
Presidente do Conselho de Administração

João Adalberto Elek Júnior
Conselheiro

Sérgio Longo
Conselheiro

Mauro Eduardo Guizeline
Conselheiro

Francisco de Assis e Silva
Conselheiro

Marcio Antonio Teixeira Linares
Conselheiro

Raul Rosenthal Ladeira de Matos
Conselheiro

Contador

Euclides Paula Santos Neto
CRC SP 322712/O